



Universidade de Brasília/UnB
Instituto de Ciências Humanas/IH
Departamento de Serviço Social/SER
Trabalho de Conclusão de Curso – TCC

Thayane Gabriele Oliveira Lima

**Mulheres pretas no funk: um feminismo sem cartilha
na luta contra o patriarcado e o racismo.**

Brasília-DF
2021
Thayane Gabriele Oliveira Lima

**Mulheres pretas no funk: um feminismo sem cartilha
na luta contra o patriarcado e o racismo.**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito para
obtenção do grau de bacharel em Serviço
Social, na Universidade de Brasília, sob a
orientação da

Prof.a Dra. Valdenízia Bento Peixoto.

Brasília-DF
2021
Thayane Gabriele Oliveira Lima

**Mulheres pretas no funk: um feminismo sem cartilha
na luta contra o patriarcado e o racismo.**

Banca examinadora:

Profa. Dra. Valdenízia Bento Peixoto
Professora do Departamento de Serviço Social – IH/SER/UnB
(Orientadora)

Prof. Dr. Leonardo Rodrigues de Oliveira Ortegá
Professor do Departamento de Serviço Social – IH/SER/UnB
(Membro Interno)

Assistente Social Andreia Lohane Resende Simplício
Gerente de Diversidade SUBPM/SMDF
(Membro externo)

AGRADECIMENTOS

Sou grata por todo percurso até aqui, pelas pedras, flores, água, sol, chuva e ar fresco que encontrei pelo caminho. A graduação sempre foi um sonho, era a consolidação de que pessoas como eu poderiam sim encontrar futuro nos estudos, não teria chegado até aqui sem o companheirismo e luta de vários outros que vieram antes de mim.

Agradeço a meus pais, por acreditarem na minha capacidade, por me incentivar durante todo período desde a pré-escola, por se fazerem presentes e vibrarem a cada conquista, por querer sempre para mim e para meu irmão um futuro melhor. Admiro a garra e coragem de vocês!

A minha mãe Lourdes, por sempre me escutar sem nenhum julgamento, pelas refeições preparadas, pelo acolhimento na risada e nos conselhos. Ao meu pai Alex, por estar presente, acreditar nos estudos e me fazer acreditar também, pelo acompanhamento em toda reunião de pais durante a escola, pelas acolhidas quando me machucava, pelo incentivo em sempre buscar mais. Ao meu irmão Arthur, pelos alívios cômicos e momentos de riso.

Agradeço aos meus amigos, que são como família para mim, vocês me ajudaram a concretizar parte do que sou. Se hoje estou aqui, também é por vocês.

Obrigada Emily e Louise, por estarem comigo desde o início da graduação e não soltar minha mão. Com vocês aprendi o significado de afroafeto, amizade, cumplicidade e amor. Obrigada pelos conselhos, por me acompanharem nas loucuras desde criar canal para YouTube até a loucura que é fazer um TCC. Vocês não fazem ideia do quanto as admiro e me vejo em vocês, vocês me representam e eu sou muito grata por nossa amizade.

Agradeço ainda ao meu amigo Paulo por sempre me motivar, entrar nas loucuras da minha cabeça, me fazer rir e por acreditar tanto em mim.

Agradeço ao Kalu, pela companhia nesse processo, pelas palavras de força e motivação, por ver potencial em mim e acreditar nos meus processos.

Um agradecimento especial ao grupo “pretinhos e clara”, Vic, Gab, Clara, Lulu e Lui, vocês me mostraram o afeto, o cuidado, as broncas e a escuta. A vida com vocês é melhor. Obrigada por fazerem parte da minha vida, ouvirem minhas lamentações, exageros e piadas, cada um de vocês tem um lugar no meu coração.

Obrigada por serem alívio e cuidado, a amizade que construímos com certeza virou um parte da minha história, amo vocês.

Vic, com você aprendi o cuidado, obrigada por cuidar tão bem de mim e me permitir cuidar de você. Gab, com você aprendi o carinho, obrigada pelos abraços, pelos passinhos de funk dançados juntos. Clara, com você aprendi que a vida pode ser mais engraçada, obrigada por me fazer rir, por deixar eu dormir na sua cama e por toda vez que lembrar de mim, me mandar mensagem. Lui, com você aprendi sobre conexão e empatia, obrigada por mesmo sem ainda ter me conhecido ser capaz de me dar conselhos tão preciosos.

Em especial, agradeço a Lulu, por se disponibilizar a ler, comentar e corrigir meus capítulos deste trabalho, pelas palavras motivadoras, pelo olhar cuidadoso e afetuoso, por acreditar em mim, na minha história e no que eu tenho a oferecer para o mundo. Você me inspira, amiga internacional.

Obrigada Luiz, meu amigo para os momentos bons e ruins. Sou feliz por te conhecer. Obrigada por todas palavras de incentivo em tons de brincadeira, você traz leveza à minha vida. Me vejo em você.

Agradeço ao meu professor de sociologia do terceiro ano Ensino Médio, Marcos Henrique. Você acreditou em mim desde sempre. Obrigada pelas conversas em sala de aula, por ouvir minhas lamentações e enxugar minhas lágrimas, você me fez acreditar no futuro. Obrigada por me apresentar à Universidade, em teoria e na prática, pelos encontros não combinados no ceubinho, pelos livros e pelas conversas. Cheguei aqui porque você me impulsionou.

Obrigada a Bianca, minha terapeuta por estar presente nos momentos de dor, ansiedade e choro, sou muito grata por todo esse caminho de cuidado com minha saúde mental, e principalmente por poder compartilhar essa felicidade com você. Sua parceria me mostrou como é importante cuidar de mim.

Agradeço a professora Lívia Barbosa, com quem criei amor pela pesquisa. Obrigada por semestres incríveis de PIBIC e aprendizado.

Obrigada a professora Priscilla Maia, pelos conselhos e acolhimentos no período de estágio, onde estava desacreditada e desmotivada. Suas palavras me fizeram acreditar na minha trajetória e força.

Obrigada a professora e orientadora deste trabalho Valdenizia Peixoto, pelas indicações, conselhos e correções. Por acreditar na minha história e no poder do que eu escrevo. Esse processo foi mais gratificante contando com sua presença.

Agradeço ao departamento de Serviço Social e a Universidade de Brasília, fazer parte desse espaço constituiu minha personalidade, moldou meus princípios, tenho muito orgulho de fazer parte desse curso e dessa Universidade.

Por fim, não menos importante, agradeço a todos que vieram antes de mim, principalmente as mulheres pretas, resilientes e fortes, vocês me mostraram que eu também conseguiria. Agradeço às mulheres funkeiras, o funk me possibilitou enxergar vida no meio do caos, me tirar de crises depressivas profundas, me mostrou liberdade em ser quem eu sou, em fazer revolução a partir da realidade. Sou grata.

Eu tive que rebolar pra não cair no esquema e rebolando eu aprendi a bagunçar o sistema.

-MC Rebecca

RESUMO

O presente trabalho apresenta uma reflexão acerca da potência emancipatória das mulheres pretas no funk, seus limites e possibilidades. Contextualiza a chegada do funk ao Brasil, suas modificações até se tornar um estilo musical e de vida das favelas brasileiras. É notável que as configurações sociais não visam a liberdade de um corpo que foi preso por anos, dessa forma, também trago documentos e dados que dialogam com a constituição do sistema capitalista e suas particularidades, como o trabalho, classe, racismo, machismo e sexismo. Percebe-se o funk feminino como recurso na luta feminista, seguindo uma lógica não usual dentro das favelas, o feminismo sem cartilha. Por fim, pretendo atingir alguns objetivos específicos ao longo dos capítulos, como a compreensão da importância do funk no Brasil, o debate sobre identidades pretas e femininas no movimento funk e a relevância do debate cultural periférico para profissionais do Serviço Social na sua atuação profissional e estudos acadêmicos, mostrando a indissociabilidade do debate de raça, gênero e cultura periférica dentro da profissão.

Palavras-chave: Funk; Cultura periférica; Mulheres negras; Feminismo; Serviço Social.

ABSTRACT

This paper reflects on the emancipatory power of Black women in Funk, alongside their limits and possibilities. The paper contextualizes the arrival of Funk in Brazil and its adjustments to become a musical genre and lifestyle in Brazilian favelas. Taking into consideration that the social structure does not envision the freedom of imprisoned bodies from the favelas, we also bring bibliographies that evaluate the capitalist system and its particularities, such as labor, class, racism, and sexism. We recognized feminine Funk as a resource in the feminist struggle, following an unusual logic in the favelas: feminism beyond books. Finally, I intend to reach specific goals throughout the chapters, such as the importance of Funk in Brazil, the

debate about Black and female identities in the Funk movement, and the relevance of discussing ghetto culture as Social Workers, in both the professional and research sectors, showing the inseparability between race, gender, and ghetto culture in the field.

Keywords: Funk; Ghetto Culture; Black Women; Feminism; Social Work.

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| INTRODUÇÃO..... | 10 |
| CAPÍTULO 1: SURGIMENTO E IMPORTÂNCIA DO FUNK NO BRASIL..... | 13 |
| 1.1 Contexto estadunidense e a chegada do funk ao Brasil..... | 13 |
| 1.2 Funk e sua identidade própria..... | 16 |
| 1.3 Funk e violência..... | 17 |
| 1.4 Mercado do funk, produção nacional e preta..... | 20 |
| CAPÍTULO 2: MULHER PRETA E O FUNK..... | 27 |
| 2.1 Mulher preta na sociedade..... | 27 |
| 2.2 Mulher preta e o feminismo..... | 32 |
| 2.3 Mulher preta e a favela..... | 37 |
| 2.4 O funk como possibilidade emancipatória para a mulher preta..... | 40 |
| CAPÍTULO 3: A IMPORTÂNCIA DO FUNK PARA O CONTEXTO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL..... | 45 |
| 3.1 O funk é uma realidade de atuação profissional?..... | 45 |
| 3.2 Compromisso profissional no combate aos preconceitos e racismo..... | 49 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 55 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 58 |

INTRODUÇÃO

Em meio a um contexto estadunidense por volta da década de 1960, vários estilos musicais como soul, jazz, e blues¹, começam a influenciar diretamente a construção inicial do que hoje conhecemos como funk no Brasil. Durante esse período, os Estados Unidos foi marcado por manifestações fortes da cultura negra, fazendo com que a música acompanhasse esse movimento, trazendo em suas letras discursos políticos de valorização da cultura negra. Já aqui no Brasil, vivíamos um contexto de repressão durante a ditadura do regime militar.

O momento de repressão vivido no Brasil mostrava como o Estado atuava em relação a debates raciais, considerando movimentos perigosos e de esquerda. Dessa maneira usavam do preconceito para reprimir e diminuir movimentos que surgiam, como o funk.

O movimento funk nasce e se perpetua dentro de um contexto cheio de preconceitos raciais e sociais, através de uma ótica social que o considera criminoso, desnecessário e perigoso. Quando abordamos sobre uma cultura, devemos pensar em quem a produz, no funk os produtores centrais são pessoas pretas e faveladas, na necessidade de falar sobre sua realidade e usar a voz como recurso emancipatório.

Desde sua constituição, o funk sofreu diversas represálias da mídia e do Estado, na tentativa de apagamento de uma população, a da favela. A existência do funk hoje, consolida valor social, fonte de renda e emancipação através de um discurso próprio de vida e realidade.

No processo de construção social podemos notar marcadores que permeiam a história. Visto que vivemos pautados pela vigência do sistema capitalista, a nossa sociedade lida diretamente com várias categorias sociais, como o poder, classe, trabalho, raça, gênero e a expressão de preconceitos, como o racismo, machismo, sexismo e classismo. Todos esses conceitos serão tratados e abordados ao longo do trabalho, na intenção de gerar uma reflexão a partir de uma ótica marxista de análise social.

Dentro dos movimentos sociais, a cultura e arte são grandes aliadas quando a questão é dar voz a determinado grupo. O funk como cultura periférica surge em

¹ Estilos musicais que se originaram na comunidade afro-americana dos Estados Unidos da América no fim do séx. XIX e início do século XX.

uma perspectiva contra-hegemônica, com caráter emancipatório, capaz de sair das camadas sociais consideradas mais baixas, e fazer revolução, atingindo a população e o Estado.

Pensar em Estado é pensar na mulher preta, base desse sistema de produção, alojada dentro das lutas de classe de maneira estratégica, mantendo a funcionalidade do sistema. O funk feminino preto trabalha em contraponto ao que nos foi destinado desde a escravidão, repressão e opressão são vocabulários que o funk feminino tenta sucumbir e substituir por luta e emancipação.

No meio social, diversas pessoas podem considerar o funk como promíscuo e irrelevante, não considerá-lo como cultura ou como um meio de movimentação da sociedade, mas ao contrário disso, o funk é movimento de massa, de corpos, com localidade raça e cor, que criam através da rua realidade meios de viver e sobreviver dentro de um sistema que tenta a todo custo fazer um apagamento da sua história.

O funk movimenta corpos pretos, dá voz, emancipa, faz ascender socialmente, permite dignidade e direitos. O funk feminino possibilita dar o local de fala negado, criar diálogos sobre tabus e democratizar o acesso à arte, cultura e lazer. Entender que a mulher preta se coloca no funk como um recurso importante de emancipação, é enxergar em suas letras liberdade, sexual, corporal, financeira e psicológica.

Este trabalho se estrutura, além da introdução, em 3 capítulos, seus subitens e a conclusão. No capítulo I, “ Surgimento e importância do funk no Brasil”, abordo a trajetória de criação do funk, suas inspirações de contexto estadunidense, chegando ao Brasil e se constituindo no estilo musical que conhecemos hoje em dia. Partindo principalmente do autor Hermano Vianna e de seu livro O Mundo do Funk Carioca, de 1988, esse capítulo discorre seus subitens pela identidade própria do funk como um estilo musical essencialmente brasileiro, pautando a realidade dos funkeiros e a vida na favela. Ainda no capítulo 1, faço um debate acerca da associação do funk e violência, mercado fonográfico e produção preta.

No capítulo 2, “Mulher preta e o funk”, permito tratar sobre a mulher preta, na sociedade, na favela, no feminismo e no movimento funk. Suas vivências, necessidades, mas principalmente, suas possibilidades, de expressão, liberdade e emancipação. Autoras como Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Maria Carolina de Jesus, Natalia Cristine Costa, obras do audiovisual, como o documentário “Sou feia

mas, tô na moda” (2005) e músicas, também serão bastante citadas como bases de construção das reflexões e argumentações.

Já no capítulo 3, “A importância do funk para o contexto profissional do Serviço Social”, faço uma reflexão acerca de como o discurso feito pelo funk se atrela diretamente com a ação profissional do/a assistente social. As demandas colocadas nas letras do funk são o nosso maior meio de intervenção. O funk, como uma expressão cultural e de vivência, nos revela o compromisso que firmamos no curso a partir de uma visão dialética da sociedade, de intervenção e uma perspectiva digna de conquista de direitos e luta por uma sociedade pautada na equidade. Usarei documentos como o Código de Ética Profissional e o Projeto Ético Político da Profissão, bem como ações que já ocorreram no meio profissional como campanhas e cartilhas.

Por fim, o funk dá acesso a espaços negados, possibilita meios de sobrevivência, dá voz a quem por muito tempo foi calado. O funk é a expressão da manifestação cultural e do povo, que permeia nossa sociedade e merece ser escutado e valorizado. A cultura periférica dá voz ao povo preto, marginalizado, mostrando que o que temos de valor não se produz apenas pela elite, muito pelo contrário, nosso valor se encontra nas favelas, na mulher preta e na cultura periférica.

CAPÍTULO 1: SURGIMENTO E IMPORTÂNCIA DO FUNK NO BRASIL

1.1 Contexto estadunidense e chegada do funk ao Brasil

Começarei a partir de uma contextualização histórica, baseada e motivada pelo podcast “História Preta”, no episódio “Do Funk ao Funk Carioca”², entendendo as raízes que consolidaram o que chamamos de funk hoje no Brasil. Por volta dos anos de 1930 e 1940, dentro do contexto estadunidense, vale lembrar, temos o estilo musical chamado Blues, advindo da população negra rural, vivida em uma época de um processo de migração das fazendas para grandes centros urbanos dos Estados Unidos da América. A música sempre foi uma grande companheira da população negra, servia muito mais do que uma maneira de diversão, mas também como aquilombamento³. Durante todo esse processo o blues vai se modificando a partir das mudanças que o povo preto também estava vivendo, por exemplo, quando se chega nos centros urbanos o estilo se eletrifica, se transforma no que hoje chamamos de R&B (rhythm and blues). As mudanças não param por aí, e devido todo esse processo, o R&B como um estilo musical mais urbano começa atingir as rádios da época e expandir seu público, até chegar na população branca, de classe social maior e mais rica.

Esse processo de chegada até as maiores classes é demarcado com mais uma modificação do ritmo advindo desse grupo, a partir do R&B temos a ramificação para o rock, um grande exemplo do meio e de uma das primeiras apropriações culturais no meio da música, é o Elvis Presley, um jovem branco e de classe alta, que, a partir da escuta do R&B, eletrifica o ritmo e se apropria como criação sua, tanto que até hoje é dito como o rei do rock. Aqui vale ressaltar que o rock pode ter sido uma modificação sonora feita pela população branca que se apropriou das bases musicais criadas pelo povo negro, dessa maneira, o rock também é preto.

Com o surgimento do rock a população negra resolveu seguir um outro caminho. A partir de novas experimentações sonoras, se teve a criação do Soul, uma mistura do R&B com a música gospel, uma consolidação do que chamamos de

² Podcast narrativo com o objetivo de trazer à tona a história e memória da população negra no Brasil e no mundo. O episódio em questão foi postado dia 10 de fevereiro de 2020 na plataforma de streaming Spotify.

³ Advindo do verbo brasileiro *aquilombar*, usado para retratar maneiras vividas nos quilombos, de união de pessoas pretas a partir de uma causa, para exercer sua liberdade.

profano e sacro em uma só batida. O soul, não só sendo uma criação da comunidade preta, também era cheio de manifestações de pautas raciais em suas letras, o que marca a década de 1960 como um momento político e ideológico muito rico, pautando a conscientização racial de negros norte-americanos e os direitos civis dos mesmos.

Já no contexto brasileiro, o soul é importado dos Estados Unidos em meados da década de 1960, coincidindo com o período ditatorial. Um dos nomes de destaque foi o do cantor Wilson Simonal⁴, em que suas músicas traziam o debate de raça para um período de enormes repressões. O soul chega aos topos aqui no Brasil na década de 1970, onde Tony Tornado⁵, cantor do estilo, em uma de suas apresentações faz referência de punho cerrado aos Panteras Negras⁶, em que o mesmo acabou sendo preso e exilado. Nessa época nos Estados Unidos, o soul começa a sofrer mais modificações, deixando o estilo mais rápido, o que foi chamado de Disco Funky. Em paralelo a toda essa situação, aqui no Brasil também surgem os bailes da pesada, marco central no início da criação do funk como um estilo musical 100% brasileiro.

Diferente do processo estadunidense, no Brasil, o funk inicialmente é tocado na Zona Sul do Rio de Janeiro, bairro nobre, em um tipo de festa que era conhecido como Bailes da Pesada, feito pelo Big Boy⁷, que, como residia na Zona Sul, possuía um poder aquisitivo maior, o que possibilitava suas viagens para o exterior em busca dos estilos mais tocados por lá e seus discos de vinil para trazer ao Brasil. Com essa referência, o ritmo foi se expandindo, e no subúrbio do Rio de Janeiro, nas décadas de 1972 e 1973, Mister Funk Santos, um dos pioneiros na discotecagem de bailes black e uma importante figura na história do funk no Brasil, criou um baile só para a população negra. Nesse momento os contatos dentro do funk começam a surgir, nomes como Dom Filó⁸ marcam o atrelamento dos bailes a um debate racial, onde se pautavam direitos políticos e civis para a população

⁴ Wilson Simonal de Castro, nascido no Rio de Janeiro em 23 fevereiro de 1938 e faleceu em 25 de junho de 2000. Foi um cantor e compositor brasileiro de muito sucesso nas décadas de 1960 e 1970.

⁵ Antônio Viana Gomes, nascido em 23 de maio de 1930 na cidade de São Paulo, é um cantor e ator brasileiro muito famoso nos anos de 1970.

⁶ Partido dos Panteras Negras foi uma organização urbana socialista revolucionária, surgida em defesa da comunidade afro-americana, fundada por Bobby Seale e Huey Newton em outubro de 1966.

⁷ Foi um dos mais importantes disc jockey de sua época. Foi locutor e responsável pela revolução jovem dentro da rádio brasileira.

⁸ Radialista carioca, um dos contratantes de equipes de som que realizavam os bailes black

negra. Nesse processo a expansão é algo que acontece de maneira orgânica, pouco a pouco o subúrbio foi dominado por bailes black e bailes funk.

É sempre importante relembrar o contexto político vivido na época da década de 1970, o de ditadura militar. A expansão do funk a partir das equipes⁹, como a Soul Grand Prix, conhecida principalmente por seus bailes didáticos que atrelavam as músicas ao debate racial, foi marcada por muita repressão, visto que o movimento negro dentro da música no contexto estadunidense era de total revolução. Da mesma forma, aqui no Brasil o movimento funk também era alvo de represálias pelo governo, por medo dessa conscientização e movimento de corpos pretos na luta por seus direitos. Nessa época, muitos integrantes de equipes foram presos, pois a mídia e o governo acreditavam em um movimento de esquerda por trás da constituição dos bailes.

A explosão do funk no Brasil aconteceu nos anos 2000, quando uma das maiores equipes de baile, mesmo tendo sido criada na década de 1990, explodiu, a Furacão 2000¹⁰. O soul agora no Brasil buscava a passagem por algo mais próximo da realidade e ritmo brasileiros. Lembrando que o acesso aos discos que tocavam nos Estados Unidos era muito difícil e cada vez se tornavam mais escassos, quem conseguia adquirir os vinis saía a frente nos bailes. Porém, quem não tinha esse acesso não ficava para trás e as batidas e letras das músicas eram passadas boca a boca pela população, mas como também a maioria das pessoas que montavam os bailes eram de periferia e não tinham acesso a língua inglesa, fazendo com que os ritmos se tornassem mais abasileirados, pois as pessoas cantavam o que ouviam. Nesse momento, temos a criação de algo totalmente nosso, hits como o Melô do Príncipe, feito pelo DJ Marlboro e Guilherme Jardim na década de 1990, é uma versão de Just Another Lover, de Ray Guell, que partindo da batida, melodia e musicalidade, se cria uma versão totalmente brasileira.

O funk passa por um grande processo de acúmulos de referências até se consolidar no que conhecemos e escutamos hoje em dia no Brasil. O estilo musical brasileiro não é encontrado em mais nenhum lugar no mundo, a evolução de suas batidas, a diversidade do funk melody¹¹ e calmo até as mais altas frequências como

⁹ Coletivo de pessoas envolvida na montagem dos bailes, equipe de som, DJ, MC, segurança e limpeza.

¹⁰ Equipe de som, produtora e gravadora carioca, principal responsável pelo alcance do funk carioca e a popularização do gênero no país.

¹¹ Subgênero do estilo funk criado nos anos de 1990. Caracterizado por um ritmo mais lento e letras de cunho romântico.

o funk 150bpm¹², permeiam a sociedade brasileira se tornando não só um estilo musical essencialmente brasileiro, mas um modo de vida, com localidade, raça, cor e voz. Toda sua linha do tempo permeia e debate a criação e inovação do povo preto, a partir de suas vivências e experiências, levando para a música, assim como para diversos outros lugares, a história, existência e resistência de uma comunidade.

1.2 Funk e sua identidade própria

Reafirmar o funk como totalmente brasileiro é pensar para além de um estilo musical, como uma forma de expressão e estilo de vida que tem território, raiz, raça e classe. É pautar a negritude no Brasil e seus deslocamentos, compreendendo que o racismo antecede o funk. O funk, como uma cultura periférica, traz consigo suas próprias maneiras de existir e de se dissipar para além da favela. Podemos observar as tendências de moda e estilo saírem da periferia direto para o asfalto¹³, as gírias saírem das margens e sendo utilizadas pelas pessoas do centro e a musicalidade do funk chegando na burguesia.

Mesmo assim, dentro de todos esses exemplos, a periferia continua vivendo a mercê de um território configurado estruturalmente para que tudo que ela produza chegue a ascensão, mas que a mesma permaneça na pobreza.

Se partirmos do pressuposto de que a constituição das identidades está diretamente relacionada às formas como os sujeitos vivenciam as incorporações das representações produzidas no cerne dos grupos aos quais pertencem, então as identidades são sempre relacionais, portanto, não fixas, o que conecta os conceitos de identidade e representação social. (VIANA, 2016, p.123)

Construir a identidade do funk no Brasil parte do pressuposto de se atravessar a realidade vivida nas favelas, quais corpos a compõem, é debater diretamente não só pautas identitárias, mas também gênero, raça e classe. O movimento de construção de uma cultura periférica marca uma divisão no que chamamos de favela e asfalto, as pessoas que vivem na favela, na periferia, e as pessoas que vivem no asfalto, nos centros. Essa divisão surge da concepção de

¹² Subgênero do estilo funk que contém batidas aceleradas (150 batidas por minuto), se expandindo a partir de 2017, marcando um momento de mudança no estilo.

¹³ Gíria usada para designar as cidades, metrópoles. A dicotomia favela e asfalto serve para a compreensão da periferia e do centro.

que os espaços são delimitados para diferentes corpos, delimitados de maneira consentida, estrutural e ríspida.

Quando pensamos em favela, uma imagem certa vem à nossa mente: morros, construções irregulares, criminalidade, tráfico, pobreza, negritude. Já ao se pensar em centros, em bairros nobres, difícil será alguém imaginar famílias pretas em seus grandes apartamentos - a imagem que pensamos é branca, rica e burguesa. Tratar a separação entre asfalto e favela é lidar diretamente com a desigualdade social vivida no Brasil, a fome, a pobreza, o racismo e o preconceito.

Como qualquer forma de expressão, o funk surge como um modo de falar, de se divertir, tendo a boca como um canal de denúncia, pautando a realidade e o dia a dia vivido por quem mora na favela.

Minha cara autoridade, eu já não sei o que fazer/ Com tanta violência, eu sinto medo de viver/ Pois moro na favela e sou muito desrespeitado/ A tristeza e a alegria aqui caminham lado a lado/ Eu faço uma oração para uma santa protetora, mas sou interrompido a tiros de metralhadora/ Enquanto os ricos moram numa casa grande e bela/ O pobre é humilhado, esculachado na favela/ Já não aguento mais essa onda de violência/ Só peço autoridade, um pouco mais de competência. (CIDINHO, DOCA, 1995)

O Rap da Felicidade de Cidinho e Doca, citado acima, é um dos maiores manifestos dentro da cultura funk. A música do início ao fim debate a violência dentro da favela, truculência policial e a necessidade de se compreender que as pessoas que residem na favela podem ser felizes naquele espaço. Em seu refrão é entoado *“Eu só quero é ser feliz, andar tranquilamente na favela onde eu nasci, e poder me orgulhar, e ter a consciência que o pobre tem seu lugar”*. É a compreensão de que o espaço da favela, para além de tudo, é casa, alento e moradia de pessoas que só querem ter uma vida digna e de respeito.

1.3 Funk e violência

São inegáveis os preconceitos criados acerca dos funk, dos bailes e da favela, sendo um dos maiores o da violência. Se tratando do funk, a violência sempre esteve atrelada aos bailes e a cultura. Quando se pensa em um funkeiro, todo um esteriótipo já é criado, esteriótipo esse também usado na discriminação e no preconceito racial.

Dentro dos bailes funk a euforia e a explosão são presentes durante o decorrer do evento. O funk é uma das maneiras de distração e diversão para a população da favela, os bailes surgem como válvula de escape de um cotidiano que massacra e sucumbe. Um dos exemplos vistos no documentário Funk Rio 1994¹⁴ é a citação dos bailes de corredor¹⁵, e como o funk está para o favelado como o rock e a roda punk para a classe média, pois na época era um dos estilos musicais mais explosivos consumidos pela população branca e burguesa. O ponto em que desejo chegar é: como a violência nos bailes é discriminada, mas as rodas punk que ocorrem no movimento rock não são reprimidas da mesma forma? E o por quê de se aceitar uma violência como diversão e a outra ser tida como criminosa e errada? O cerne dessas perguntas está dentro de toda construção de sociedade que temos na nossa atualidade, uma sociedade racista, classista e preconceituosa.

A favela vive às margens dos centros urbanos, sendo designada a receber as sobras do que esse eixo produz, vivendo à mercê do que é dado e oferecido por essa classe, quase sempre de maneira precária e escassa. Extravasar nos bailes, nas músicas, é uma maneira de se distrair da dura realidade. Dentro dos bailes, um dos motivos que pode desencadear brigas e confusões, é o fato de que uma população que não possui nada, não tem nada a perder. Fatos reais relatados no documentário Funk Rio 1994 nos apontam essa realidade: um jovem que está desempregado, não tem comida, mal tem moradia, quando chega no baile tem suas maneiras de extravasar, sendo ela dançando, curtindo, ou infelizmente como ocorre diversas vezes, brigando, a energia, a emoção do momento são componentes fundamentais nessa euforia.

O baile funk não é um fenômeno antimeios de comunicação de massa ou algo do gênero. Essas festas desenvolvem apenas outros meios de comunicação, também de massa, que não estão atrelados às prioridades da indústria fonográfica multinacional, mas que também não se colocam contra essas prioridades nem tentam modificá-las. O mundo funk é um mundo “paralelo” que se aproveita dos espaços deixados em branco pela indústria cultural (que não tem um projeto coerente e monolítico de dominação, sabendo lidar também com o heterogêneo), tornando-se mais uma opção de agrupamento metropolitano. (VIANNA, 1988, p. 110)

¹⁴ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=349OLoSMBAc>. Acesso dia 01 de março de 2021.

¹⁵ Bailes funk específicos para o confronto físico entre os frequentadores, constituindo, inicialmente, uma maneira de socialização e lazer entre os jovens periféricos. Se assemelha às rodas punk que ocorrem na comunidade do rock, punk e punk rock..

A violência de dentro dos bailes nada se difere da violência que acontece fora, e muitas vezes bem longe da favela. A necessidade de se provar uma comunidade melhor que a outra, como quando surgem argumentos de criminalização do funk partindo do pressuposto da luta de facções e gangues, não está muito longe do que conhecemos como o ego do homem em se tornar melhor do que outro - isso traz popularidade, visibilidade, enche o peito e alimenta diretamente o ego. A necessidade de se provar melhor que o outro, mais capaz que o outro, é uma veia principal da nossa sociedade, principalmente quando paramos para analisar questões de gênero e suas implicações, a necessidade de homens se mostrarem másculos e agressivos para provarem quão homens são, o incentivo a uma masculinidade exacerbada, uma ideia heteronormativa de vivência, que quando vivemos em uma sociedade patriarcal, pautada pelos quereres dos homens, normalmente heteros, cis, branco, se mostra cada vez mais latente.

As brigas entre facções, que muitas vezes já foram levadas para o âmbito da diversão dos bailes, é a expressão nítida da disputa pelo poder que temos em toda nossa sociedade. Outro momento, que não podemos excluir ou esquecer, é como esse movimento da violência também acontece de fora para dentro das favelas. A forma como as autoridades de poder lidam com a repressão dentro das favelas, as invasões, as mortes em massa, as “balas perdidas”, que quase sempre tem destinatário. Na nossa sociedade, normalmente se cultua o pensamento de que as ações da vida funcionam como algo cíclico, ditados populares como “o que vai, volta”, ou a crença em um karma, nos faz lembrar do ponto principal na questão da violência atrelada a favela e ao funk, violência gera violência.

Ao compreender as questões que permeiam nossa sociedade, como o debate de raça, classe e gênero, as estruturas sociais que temos determinadas hoje em dia, partem de um pressuposto de construção de dominação, onde se tem uma raça, classe, grupo acima do outro.

Uma população discriminada, deixada de lado, que não tem oportunidades, é possível que cresça com raiva da desigualdade, da forma de divisão de bens, de como o dinheiro roda, com ira do sistema que organiza de forma preconceituosa sua veiculação. Viver em um sistema racista, classista, patriarcal, é viver com a sede de vingança, vingança por algo que nos foi roubado, está além de dinheiro, comida ou casa. Está no âmbito da dignidade em existir e ser como se é, sem humilhação. Mas de forma alguma podemos pensar que a favela surge apenas na criação desse mar

de vingança, existe força, que se transforma em raiva, mas quase sempre se transfigura em alegria.

Uma coisa é certa: a pobreza não aniquila a alegria de viver. A festa não é propriedade de determinado grupo social, não é “privilégio de classe” nem ritual para escamotear as diferenças que existem dentro da sociedade. Muito pelo contrário: novas maneiras de festejar surgem a cada dia, não importa o motivo ou a ocasião. Na festa, os dias melhores (e não existe um consenso sobre o que são esses dias melhores) deixam de ser uma promessa para o fim da história. Se não houver alegria neste baile, aqui e agora, a festa não tem a mínima graça. (VIANNA, 1998, p. 110)

1.4 Mercado do funk, produção nacional e preta

O funk é um dos eixos do mercado fonográfico mais movimentados, é a concepção da diversão, conscientização e lucro em um só lugar. Quando pensamos no mercado do funk, voltamos inicialmente para um processo coletivo, feito de funkeiros para funkeiros, sem ainda muitas intervenções de outros ramos. A organização de transação e vendas dos discos no início do movimento, até a organização dos bailes, contratação de DJ's, iluminação, seguranças, equipamentos de som, tudo era feito por pessoas que residiam na favela e que viviam a cultura de bailes, o que de certa maneira demonstra mais uma vez a movimentação de corpos em torno de uma causa coletiva, e o funk de novo como um movimento de união de massas, poder coletivo e aquilombamento. O aquilombamento funciona partindo de uma marca histórica de necessidade para uma reconexão do povo preto, reconexão com nossos ancestrais, nossa história, em um movimento de construção de uma realidade possível e um futuro melhor.

Nessa época, o ganho através do funk ainda não era o suficiente para o sustento de uma família inteira,

Alguns discotecários, contratados por equipes menores, fazem os bailes por 500 cruzados (entre 9 e 10 dólares). O DJ Marlboro, que anima um público de 4 mil pessoas no Canto do Rio, recebe mil cruzados (preço de maio de 87), justificando aceitar esses preços “por amor aos bailes”. (VIANNA, 1988, p. 46)

Fazer os bailes e produzir o funk partiu muitas vezes do princípio de “fazer porque gosta”, e não necessariamente através de uma visão de lucro. Na nossa atualidade, é possível observar que o funk já se transformou em um mercado, onde o lucro, dependendo do quão famoso você é, já consegue sustentar famílias,

consolidar lares e estabelecer uma vida digna para quem vive do mesmo. Um dos maiores nomes de produtoras de funk que temos é a KondZilla, que hoje em dia emprega e alavanca a carreira de muitos artistas, sendo uma das principais peças no mercado do funk, expandindo seu público e administrando a carreira de DJ's e MC's, seu canal no YouTube é considerado o maior canal do Brasil e América Latina. A KondZilla é a expressão macro do mercado fonográfico do funk, porém, dentre esse meio, ainda existem vários artistas independentes que estão na construção de suas carreiras de maneira individual.

No Brasil existem propostas advindas do Estado voltadas para o incentivo à cultura, como a lei 8.313 de 23 de dezembro de 1991, conhecida também como Lei Rouanet. A lei tem como objetivo ser:

Principal ferramenta de fomento à Cultura do Brasil, a Lei de Incentivo à Cultura contribui para que milhares de projetos culturais aconteçam, todos os anos, em todas as regiões do país. Por meio dela, empresas e pessoas físicas podem patrocinar espetáculos – exposições, shows, livros, museus, galerias e várias outras formas de expressão cultural – e abater o valor total ou parcial do apoio do Imposto de Renda. A Lei também contribui para ampliar o acesso dos cidadãos à Cultura, já que os projetos patrocinados são obrigados a oferecer uma contrapartida social, ou seja, eles têm que distribuir parte dos ingressos gratuitamente e promover ações de formação e capacitação junto às comunidades. (LEI DE INCENTIVO À CULTURA)¹⁶

No art. 1, a lei de incentivo a cultura dispõe de nove finalidades que o projeto deve contemplar para que possa ser aprovado, são elas:

Art. 1º Fica instituído o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), com a finalidade de captar e canalizar recursos para o setor de modo a:

I - contribuir para facilitar, a todos, os meios para o livre acesso às fontes da cultura e o pleno exercício dos direitos culturais;

II - promover e estimular a regionalização da produção cultural e artística brasileira, com valorização de recursos humanos e conteúdos locais;

III - apoiar, valorizar e difundir o conjunto das manifestações culturais e seus respectivos criadores;

IV - proteger as expressões culturais dos grupos formadores da sociedade brasileira e responsáveis pelo pluralismo da cultura nacional;

V - salvaguardar a sobrevivência e o florescimento dos modos de criar, fazer e viver da sociedade brasileira;

VI - preservar os bens materiais e imateriais do patrimônio cultural e histórico brasileiro;

¹⁶ Acesso em 10 de maio de 2021. Disponível em: <http://leideincentivoacultura.cultura.gov.br/>

VII - desenvolver a consciência internacional e o respeito aos valores culturais de outros povos ou nações;

VIII - estimular a produção e difusão de bens culturais de valor universal, formadores e informadores de conhecimento, cultura e memória;

IX - priorizar o produto cultural originário do País. (Lei 8.313, 1991)¹⁷

A existência de uma lei que priorize o incentivo à cultura no Brasil é um ganho, mas quando introduzimos o debate de culturas periféricas como o funk, observamos algumas problemáticas, principalmente quando paramos para analisar alguns quesitos, como o II, IV e IX. Nesses três pontos, a lei determina promover e estimular a regionalização da produção cultural artística do Brasil, valorizando conteúdos locais, proteger as expressões culturais de grupos formadores da sociedade brasileira, bem como os principais responsáveis pelo pluralismo cultural nacional e priorizar o produto cultural originário do país.

Em 2015, MC Guimê¹⁸ recebeu autorização da Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura de São Paulo para financiar seu DVD a partir da Lei Rouanet¹⁹, o que gerou bastante incômodo, debate e revolta. O funk como uma cultura periférica, tende a ser discriminado, partindo da lógica de funcionamento da sociedade, que discrimina a favela e seus corpos habitantes, quando abordamos essa autorização de financiamento não se torna diferente. Todo debate gerado em volta desse fato partia de duas visões, a primeira seria o fato do MC Guimê já ser um cantor famoso e não precisar desse financiamento, a outra é o fato de não considerar o funk como uma cultura e muito menos válida de financiamento estatal.

A primeira questão se torna válida se entrarmos na lógica do senso comum, de vida em sociedade, de quem tem condições financeiras, de poder e influência para lançar seus projetos e quem não tem. Porém, grandes fundações e artistas de outros gêneros musicais já receberam o incentivo e não foram vítimas de ataques, como Claudia Leitte, Luan Santana, e até a Fundação Roberto Marinho, que é ligada à rede Globo.²⁰ Se fosse unicamente por necessidade, essa reflexão de

¹⁷ Acesso em 10 de maio de 2021. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8313cons.htm

¹⁸ Guilherme Aparecido Dantas, mais conhecido como MC Guimê, é um cantor e compositor brasileiro nascido em Osasco-SP em 10 de novembro de 1992.

¹⁹ Acesso 10 de maio de 2021. Disponível em:

<https://vejasp.abril.com.br/cultura-lazer/mc-guime-gravacao-dvd-lei-rouanet/https://vejasp.abril.com.br/cultura-lazer/mc-guime-gravacao-dvd-lei-rouanet/>

²⁰ Acesso em 10 de maio de 2021. Disponível em:

<https://entretenimento.r7.com/pop/fotos/de-claudia-leitte-a-luan-santana-projetos-da-lei-rouanet-causa>

merecimento também deveria ser levada em conta quando chega a esses espaços.

A questão é mais profunda quando se trata dos ataques ao funk e se liga diretamente à segunda visão gerada nesse debate, o fato de não considerar o funk como cultura relevante, principalmente para financiamento estatal. O projeto de DVD do MC Guimê, assim como as músicas do artista, que pautam a partir do funk ostentação²¹ o estilo de vida, necessidades e metas de vida de favelados de São Paulo, cumprem os quesitos dispostos em lei, de fomentar a cultura local, valorizando os processos de regionalização e estimulando a produção da cultura e arte nacional, além de ter a proposta de contrapartida social exigida pela lei.

Em seu projeto, escrito de forma clara e didática, temos uma demonstração de como será realizado o retorno cultural ao público envolvido: serão ao todo 3.000 discos, dos quais 80% serão vendidas com preço popular de R\$29,00, 10% das unidades serão distribuídas para instituições que façam um trabalho ligado a música, 10% das unidades vão ser distribuídas para os patrocinadores do DVD. No que se refere ao Show, 40% dos ingressos serão vendidos a preços populares de R\$50 o valor da entrada inteira e R\$25 o valor da meia entrada, 40% dos ingressos serão distribuídos gratuitamente à população via distribuição, 10% dos ingressos serão reservados aos patrocinadores e 10% dos ingressos destinados a população de baixa renda. (HEMSI, 2016, p. 13.)

O funk recria a realidade social em suas letras, promove esperança e trabalho para aqueles que o produzem e também o consomem. Mc Guimê em sua música “País do futebol” mostra que o funk ostentação vai além do dinheiro e atributos de marcas, é a ostentação da vida na favela e dos sonhos dos jovens da periferia.

Entre house de boy, beco e vielas/ Jogando bola dentro da favela/ Pro menor não tem coisa melhor/ E a menina que sonha em ser uma atriz de novela/ A rua é nossa e eu sempre fui dela/ Desde descalço, gastando canela/ Hoje no asfalto de toda São Paulo/ De nave do ano, tô na passarela. (MC Guimê, 2014)

Entender que o mercado funk existe é atrelar a ideia de que o funk emprega, sustenta e dá vida às pessoas que vivem nas favelas, ou seja, quando partimos de uma premissa de criminalização do funk, aceitamos também a criminalização de corpos pretos, da pobreza e da vida para além dos centros urbanos. O funk surge

[m-espanto-06102019](#) e <https://exame.com/brasil/os-15-maiores-captadores-de-recursos-da-lei-rouanet-em-2015/> .

²¹ Estilo funk criado nas periferias de São Paulo, pautando em suas letras a ostentação, o consumo de marcas famosas, carros, motos, acessórios, dinheiro, bebida e mulheres, exaltando a saída da favela para a conquista de objetivos de vida.

como uma alternativa direta a tudo que no cotidiano é criminalizado e apontado dentro das favelas, o tráfico de drogas, assédio sexual, violência e crimes. É uma das alternativas que jovens favelados criam a partir de sua realidade de buscar uma vida mais digna, não atrelada ao mundo crime, de enxergar as possibilidades de ser quem você, cantando sua realidade, sem precisar se modificar para se enquadrar em padrões estabelecidos socialmente, visto que o mercado empregatício é racista e classista. Ter o funk como artefato de diversão, mas também de denúncia e trabalho, é acreditar em uma realidade que pode ser vivida através do nosso próprio lugar, da nossa própria fala, é acreditar na força do povo da favela em transformar e construir, *“Povo tem a força, só precisa descobrir/ Se eles lá não fazem nada, faremos tudo daqui.”* (CIDINHO, DOCA, 1995)

Identificar o funk como um trabalho, é confirmar que a população periférica também produz, visto que no sistema vigente a categoria trabalho é central para todas as questões, sociais, financeiras e de poder. Partindo de uma definição e análise marxista, o trabalho surge como a atividade que o ser humano realiza para produzir artifícios para o seu sustento.

No livro “Economia política: uma introdução crítica” (2006), de José Paulo Netto e Marcelo Braz, trabalho se define da seguinte maneira: “o trabalho se especifica por uma relação mediada entre o seu sujeito (aqueles que o executam, homens em sociedade) e o seu objeto (as várias formas da natureza, orgânica e inorgânica.” (p.32).

A definição marxista nos auxilia a compreender o funk como trabalho. É a relação direta entre os funkeiros, produtores, MCs, dançarinos, com seu objeto a música, os bailes, os shows, vídeos e demais produções, resultando em artifícios que promovem seu sustento dentro do sistema.

Com o desenvolvimento da burguesia, isto é, do capital, desenvolve-se também o proletariado, a classe dos trabalhadores modernos, que só sobrevivem se encontram trabalho, e só encontram trabalho se este incrementa o capital. Esses trabalhadores, que são forçados a se vender diariamente, constituem uma mercadoria como outra qualquer, por isso exposta a todas as vicissitudes da concorrência, a todas as turbulências do mercado. (MARX; ENGELS, 2008, p.21)

O funk traz a importância de se dar valor na produção nacional e nos talentos que permeiam os espaços das favelas, onde por muitas vezes é um espaço

totalmente desacreditado, sem investimento pelos governantes e deixado de lado, visto apenas como um local repleto de criminalidade. Entrando na contradição do debate voltado à proibição do funk, podemos refletir acerca do criminal e do proibido.

Em um país onde a corrupção não é mais um ponto fora da curva, e sim uma realidade incorporada no sistema político brasileiro, cabe a nós julgar criminoso e proibido a corrupção que mata dia após dia a partir da negligência, ou considerar criminoso a realidade que é vivida nos morros, favelas e periferias? Maquiar o real e pintar um imaginário de Brasil sem criminalidade, fome e pobreza, é uma artimanha criada pelo Estado para matar, sucumbir e acabar com a população periférica. E paralelo a isso, o funk existe como aspecto de denúncia, e forma de resistência, acreditar no funk é acreditar na revolução desses corpos, dando espaço para que os mesmos possam viver suas vidas de maneira digna.

Nunca vi cartão postal que se destaque uma favela/ Só vejo paisagem muito linda e muito bela/ Quem vai pro exterior, da favela sente saudade/ O gringo vem aqui e não conhece a realidade/ Vai pra Zona Sul pra conhecer água de coco/ E o pobre na favela vive passando sufoco/ Trocaram a presidência, uma nova esperança/ Sofri na tempestade, agora eu quero a bonança. (CIDINHO, DOCA, 1995)

Quando surge um debate sobre a criação e a reprodução de algo, temos que pensar diretamente nas pessoas que constroem o movimento, na sua produção, sustentação e repercussão. O Brasil, sendo um país formado na opressão, exploração e dominação de corpos negros, vivendo por muito tempo uma escravidão assinada e hoje em dia todas suas sequelas, ainda tem mais da metade da sua população constituída por esses corpos. Esse fato nos leva a um questionamento acerca do espaço que esses corpos ocupam na sociedade, levantando a falsa ideia de uma democracia racial.

Entender que a democracia racial é uma mistificação no Brasil é o primeiro passo para compreender o porquê de corpos negros não ocuparem cargos de poder, espaços nos centros da cidade e muito menos estão dentro do que consideramos burguesia, mesmo sendo a maioria da população brasileira. O fato de acreditar numa democracia racial, num país sem sequelas da escravidão, e principalmente, em um país que não é racista e não tem suas estruturas de poder baseadas e sustentadas pelo racismo, faz com que dia após dia o preconceito racial seja reforçado por esteriótipos. Principalmente, faz com que a maioria das pessoas

negras se encontrem nas periferias, nos presídios, nas ruas, na fome, na pobreza e nos cemitérios.

O funk, sendo um movimento em massa de corpos negros, foi, e ainda é, massivamente atacado pela mídia, artistas são perseguidos e silenciados, porém de certa forma esse holofote ainda possibilita algum tipo de visibilidade e crescimento. Como o que podemos ver hoje em dia, com o funk atingindo até as camadas mais altas da sociedade, sendo tocado na televisão, em festas da mais alta burguesia e no ambiente que sempre o proibia. O que a elite e a burguesia reprimem não é o funk, e sim quem o produz.

Essa dicotomia do amor e ódio existe até hoje em relação às manifestações de culturas periféricas. O funk incomoda por ser cultura negra, por crescer e se criar nas ruas e estampar em suas letras a realidade das favelas que o Estado e a população burguesa tem a necessidade de esconder.

A formação do Brasil é diretamente pautada na escravidão e na violação de corpos negros, sendo formada inconscientemente de maneira ocidental, europeizada e principalmente branca. Ao longo da história, passamos por um processo de invisibilização de corpos negros, da história negra, da sua cultura, e principalmente da sua contribuição direta e massiva para a construção do país. Esse tipo de menosprezo é visto diariamente nas mídias, na academia e nos espaços de fala, quando a fala de um negro é colocada como inferior, quando os cargos de empresa não contratam pessoas negras, quando se menospreza a cultura. O funk é apagado porque é negro. O funk é descendência da diáspora africana, é a mistura de ritmos, é a materialização do que é produzido nas favelas por corpos negros. O funk não é branco, por isso é deslegitimado.

CAPÍTULO 2: MULHER PRETA E O FUNK

2.1 Mulher preta na sociedade

Quando retomamos nossa história de construção social e de mundo, podemos observar como a mulher preta é uma figura central nesse processo. Não partindo unicamente do período de escravização da população de origem africana, a mulher preta está presente no eixo da constituição da civilização, tendo sua importância como integrante de uma comunidade e como força de trabalho.

É inegável que o processo de escravização de corpos pretos é o firmador de todo um sistema que hoje é pautado pelo machismo, racismo e sexismo. A escravidão como um marco histórico na política, economia e sociabilidade é o marcador das questões sociais que temos hoje em dia. Pensando no sistema capitalista instaurado, o qual rege todas as movimentações sociais, o trabalho é o ponto crucial de debate. Remunerado ou não, autenticado ou não, o trabalho é o motor da sociedade e a mulher negra é uma das principais manuseadoras dessa máquina.

A escravidão deixou um rastro que a população negra luta até hoje para remover e ressignificar. Diversos estudos tentam mostrar a magnitude do sistema escravagista que regeu muitos países por diversos anos e que até hoje mostram reflexos e consequências desse período. Angela Davis, em seu livro “Mulheres, raça e classe” (2016), discute os estereótipos originados durante a escravidão que ainda hoje perseguem mulheres negras.

Em meio a toda essa atividade intelectual, porém, a situação específica das mulheres escravas permanecia incompreendida. As discussões incessantes sobre a “promiscuidade sexual” ou seus pendores “matriarcais” obscureciam, mais do que iluminavam, a situação das mulheres negras durante a escravidão. (DAVIS, 2016, p. 23)

No período escravagista, onde corpos pretos eram vistos apenas como objetos e propriedades, as mulheres negras, quando não destituídas de sua condição de gênero e equiparadas aos homens pretos escravizados, eram colocadas dentro dos lares de seus senhores como empregadas domésticas e babás. Os estereótipos criados ao longo da história acerca da mulher preta vão de matriarcais até o mais alto nível da promiscuidade, onde um corpo que sempre foi

visto como um objeto do outro é colocado à serviço deste. Mulheres que ao longo da história tiveram seus corpos violados e abusados, começando pelo trabalho que os levava a exaustão, se materializando no estupro como expressão máxima da desumanização, as mulheres pretas até hoje tentam reivindicar seu espaço e seu papel crucial na sociedade.

Os papéis empregados às mulheres negras são normalmente da mulher que é para usar e não para assumir, onde esse corpo está ali como serventia para o outro, o que não nos distancia dos abusos da época da escravidão, ou o papel de criada e empregada doméstica, que tem uma maestria para passar, limpar, cozinhar, cuidar apenas para o outro e não para os seus. Exercendo esses papéis, a mulher negra é desenhada como indigna da construção de um espaço como mãe ou pessoa, mas apenas auxiliadora, como um equipamento de ajuda funcional para o sistema escravista mercantil.

Designada sempre aos cuidados do outro, famílias pretas crescem vivendo em um sistema de abandono. Devido às circunstâncias, crianças pretas têm de desenvolver sua autonomia mais cedo, nas atividades domésticas em suas próprias casas e procuram empregos ainda na infância e na adolescência. Dessa forma, se perde a ideia do que é infância, mostrando cada vez mais que a exploração desse corpo é lucrativa e conveniente ao sistema em que vivemos.

O processo de lucro em cima de corpos pretos na sociedade se dá a partir da exploração da força de trabalho exercida por pessoas negras, que vão para além de empregos formais, mas principalmente no trabalho feito por trás do vínculo empregatício, a mais-valia.

A extração de mais-valia é a forma específica que assume a EXPLORAÇÃO sob o capitalismo, a *diferentia specifica* do modo de produção capitalista, em que o excedente toma a forma de LUCRO e a exploração resulta do fato da classe trabalhadora produzir um produto líquido que pode ser vendido por mais do que ela recebe como salário. [...] A mais-valia é a diferença entre esses dois valores: é o valor produzido pelo trabalhador que é apropriado pelo capitalista sem que um equivalente seja dado em troca. Não há, aqui, uma troca injusta, mas o capitalista se apropria dos resultados do trabalho excedente não pago. (BOTTOMORE, 1988, p.361)

Mães pretas abastecem o sistema capitalista onde, para além de empregadas dele, geram as futuras forças de trabalho, cuidam e alimentam e vivem uma jornada de trabalho exaustiva que não se divide apenas ao trabalho e ao

descanso, mas está nas horas que não são calculadas e que faz a maioria das famílias pretas permanecerem na pobreza.

É a sua força de trabalho que os operários vendem aos capitalistas em troca de um salário em dinheiro. A força de trabalho deve ser diferenciada do trabalho, que é o próprio exercício efetivo da capacidade produtiva humana de alterar o valor de uso das mercadorias e de acrescentar-lhes valor. Os produtos do trabalho podem ser comprados e vendidos como mercadorias. É impossível, porém, dar um sentido exato à ideia de compra e venda do próprio trabalho enquanto atividade produtiva. O produtor que não pode vender o seu produto de trabalho deve vender a sua capacidade de trabalhar, comprometendo-se a exercer o trabalho no interesse e sob a direção do comprador, em troca de uma soma de dinheiro, ou seja, do salário. (BATTOMORE, 1988, p.253)

A jornada de trabalho que não é debatida se configura como uma das maiores armas para sustentação do sistema capitalista, essa se trata do trabalho que não é remunerado pelo sistema, o trabalho feito em casa, que por muita das vezes é tão exaustivo quanto o que se é feito na rua. Pensar na jornada de trabalho da mulher preta, dona de casa, mãe e chefe de família, é lidar diretamente com as violências diárias que esse corpo sofre, é falar de abusos psicológicos, físicos e financeiros, da falta de acesso a políticas e recursos que promovam uma vida digna, da falta de saneamento, saúde, cultura, educação e lazer. Essas são as violências geradas por um sistema estrutural patriarcal e racista.

A vida da mulher negra é permeada de armadilhas, condutas, estereótipos, mas principalmente de agressões que reforçam a ideia de posse e de poder sobre esses corpos. Não tão distante, avistamos na sociedade a mulher preta também como uma muralha, normalmente apelidada de “guerreira”, um papel que reforça diversas outras violências e determina a dureza de mulheres pretas como fortes não são passíveis de sentimentos, medos ou dores, que tudo sustentam. Isso nos leva diretamente ao questionamento de que até que ponto o gênero perpassa a raça, visto que mulheres brancas, a partir de uma construção de feminilidade não designada a mulheres pretas, são passíveis de choro, de sensibilidade, de afeto. Não foi um ganho ter aprendido a tirar do mínimo recursos para uma sobrevivência, mas sim uma violência.

O não-afeto empregado à mulher preta na sociedade chega a ser irônico, visto que as mesmas são as que mais ocupam os lugares de babás e empregadas domésticas, são que tem o “dom de cuidar”. Esse papel de mulher guerreira é destinado e eficiente para perpetuação de um sistema que coloca no colo dessas mulheres inumeráveis trabalhos, na ideia de que as mesmas são capazes de

sustentar tudo o que lhe for imposto. Essa ótica nos recorda facilmente o período escravista, onde mulheres negras eram vistas lado a lado de homens negros, como figuras animais.

O que podemos ver hoje em dia é um considerável número de mulheres pretas que exercem jornadas de trabalho enormes e que lidam com as vulnerabilidades frente aos direitos trabalhistas. Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)²²,

Entre as pessoas que se declararam pretas e pardas, o desemprego avançou, de 13,5% e 12,6%, no quarto trimestre, para, respectivamente, 15,2% e 14%, enquanto o das brancas subiu de 8,7% para 9,8%. A taxa de desocupação foi estimada em 10,4% para os homens e 14,5% para as mulheres. (IBGE, 2020)

A subalternidade imposta aos corpos negros foi visível, agora quando paramos para debater acerca da mulher no mundo do trabalho, a questão se afunila ainda mais. Ao abordar o capitalismo, observamos a manutenção da força de trabalho principalmente pelas mulheres, essas que incidem diretamente no sistema de produção, fazendo com que o debate da emancipação feminina seja pautado diretamente com o debate da ruptura do sistema capitalista. A divisão sexual do trabalho é uma grande máquina dentro do capitalismo, que gira pela necessidade de poder e posse, onde trabalhos são subalternizados por serem tidos como femininos, tendo em contraponto, o crescimento de trabalhos dotados de poder ditos masculinos. Quando trazemos essa discussão para dentro das periferias, nos deparamos com um cenário expressivo, onde a maioria das famílias periféricas são chefiadas por mães solo.

Uma pesquisa do Gênero e Número²³ feita em dezembro de 2019, mostra que 63% das casas chefiadas por mulheres negras vivem abaixo da linha da pobreza²⁴, e o ponto que entramos em questão aqui é como essas mulheres, ainda vivendo sequelas e ramificações de processos de opressão desde a escravidão, encontram maneiras de se recriar e sobreviver. A questão da existência de mães solo mostra o quão vulnerável é o sistema, que ao mesmo tempo que tem a mulher

²² Matéria feita em maio de 2020, disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/27708-desemprego-aumenta-em-12-estados-no-primeiro-trimestre>. Acesso em 01 de abril de 2021.

²³ Primeira organização de mídia no Brasil orientada por dados para qualificar o debate sobre equidade de gênero.

²⁴ Acesso em 05 de abril de 2021. Disponível em: <http://www.generonumero.media/casas-mulheres-negras-pobreza/>

preta como base fundamental de sua perpetuação, não é capaz de dar as mínimas condições de existência desses corpos.

Na pandemia essa questão se complexifica ainda mais. No ano de 2020, após o início da pandemia por covid-19, uma pesquisa feita pelo Gênero e Número²⁵, mostra que as mulheres são representadas como a maioria entre trabalhos informais, totalizando 49% do total, e dentre elas 30,3% são pretas.

A marginalização dos corpos femininos negros é uma dominação de anos, pautada principalmente na escravidão e desencadeada em estereótipos durante toda uma vida. É a mulata erotizada, é a “pra comer e não pra casar”, é o corpo usado e sexualizado, que representa o poder sexual na sociedade, mas que não possui autonomia para verbalizar seus quereres e opiniões. Por anos viemos sempre apontadas e estereotipadas pelo outro, que aqui percebemos como quase sempre um homem, cis, branco, hétero. O nosso corpo é visto a partir desse olhar que não nos pergunta o que queremos, o que gostamos e, principalmente, o que não gostamos.

Lélia Gonzalez, mulher negra, acadêmica e escritora, aborda em seus textos as temáticas que perpassam o corpo na mulher negra. Esse corpo que, no Brasil, é taxado com alegorias e elogios quando é conveniente, mas também nos agride, persegue e mata diariamente nas favelas, nos empregos mal remunerados e de baixa qualidade.

O mito que se trata de reencenar aqui, é o da democracia racial. E é justamente no momento do rito carnavalesco que o mito é atualizado com toda a sua força simbólica. E é nesse instante que a mulher negra transforma-se única e exclusivamente na rainha, na “mulata deusa do meu samba”, “que passa com graça/fazendo pirraça/fingindo inocente/tirando o sossego da gente”. É nos desfiles das escolas de primeiro grupo que a vemos em sua máxima exaltação. Ali, ela perde seu anonimato e se transfigura na Cinderela do asfalto, adorada, desejada, devorada pelo olhar dos príncipes altos e loiros, vindos de terras distantes só para vê-la. Estes, por sua vez, tentam fixar sua imagem, estranhamente sedutora, em todos os seus detalhes anatômicos; e os “flashes” se sucedem, como fogos de artifício eletrônicos. E ela dá o que tem, pois sabe que amanhã estará nas páginas das revistas nacionais e internacionais, vista e admirada pelo mundo inteiro. Isto, sem contar o cinema e a televisão. E lá vai ela feericamente luminosa e iluminada, no feérico espetáculo. (GONZÁLEZ, 1984, p.228)

A democracia racial no Brasil que Gonzalez aponta é fundamental nesse debate. Temos configurado nesse conceito o projeto político de um Brasil que não

²⁵ Acesso em 02 de maio de 2021. Disponível em:
<http://www.generonumero.media/mulheres-trabalho/>

nasce da violência e do estupro, mas sim de uma miscigenação consentida e abençoada, que gera uma nova raça, a raça brasileira, fazendo com que no Brasil não se tenha distinção e muito menos racismo, o que é uma grande falácia.

Podemos pautar aqui o processo de desumanização dos corpos das mulheres negras, as opressões e a subalternização no espaço de trabalho e na vida social, onde o sistema trabalhou e continua trabalhando para fortalecer todas essas condições. Faz parte entender o processo de colonização, usurpação e abuso com a população preta não só como uma coincidência, mas sim como uma funcionalidade e projeto político.

2.2 Mulher preta e o feminismo

Presente na história, o machismo atinge hoje em dia mulheres de todas as raças, etnias e idades, oprime, sucumbe e mata dia após dia dentro de um sistema que intensifica e valida suas opressões. Em seu livro, “Mulher, Raça e Classe”, Angela Davis (2016) mostra que, no contexto capitalista, a ideia de uma inferioridade feminina é cada dia mais intensificada com o processo ininterrupto de industrialização que vivemos. Tal processo faz com que cada vez mais as tarefas que não são associadas a produção industrial sejam tidas como inferiores, principalmente, o trabalho doméstico, desencadeando em uma estrutura machista, mas principalmente, racista, visto que a questão racial é um norteador das nossas relações sociais e de toda estrutura da sociedade.

O trabalho doméstico se torna uma questão central dentro do debate do racismo, visto que a estrutura social que foi construída desde a escravidão, continua presente até hoje. Segundo Preta Rara²⁶ em um texto para a página Mídia Ninja²⁷, “A senzala moderna continua sendo o quartinho da empregada.” Essa afirmação consolida a realidade de que mais de 90% das trabalhadoras domésticas são mulheres negras, com pouco estudo formal e de baixa renda, dado retirado de um estudo feito pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) no ano de

²⁶ Joyce Silva Fernandes, conhecida como Preta Rara é uma rapper paulista, professora de história, turbanista, modelo plus size, dona da marca “Audácia Afro Moda”, idealizadora da página “Eu Empregada Doméstica” e autora do livro “Eu, empregada doméstica: a senzala moderna é o quartinho da empregada.”

²⁷ Acesso em 11 de maio de 2021. Disponível em:

<https://midianinja.org/pretarara/a-senzala-moderna-continua-sendo-o-quartinho-da-empregada/>

2019²⁸, baseado no PNAD Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua), feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A questão das empregadas domésticas ainda são marcadas por outro fator,

A segunda marca desse ramo de atividade é a informalidade. No Brasil, as empregadas domésticas só asseguraram direitos trabalhistas iguais aos trabalhadores de outros ramos em 2012, com a PEC das Domésticas (PEC 66/2012). Porém, mesmo com o direito assegurado na lei, o mercado de trabalho ainda desvaloriza o trabalho dessas mulheres, relegando-as à informalidade. (RECONTA AÍ, 2019)²⁹

O processo de escravização tirou, além da vida, a dignidade de um povo, fazendo com que olhemos para nossa sociedade através de uma perspectiva racial. Empregos informais, instáveis e insalubres, rotinas exaustivas, salários precários e direitos negados fazem parte da rotina de milhares de mulheres pretas no Brasil. O racismo se estabelece nas relações interpessoais, de convivência e de trabalho, e se torna nítido quando nos aproximamos de dados como esses, mas também de vivências de pessoas pretas, a empregada doméstica não é como se fosse da família, se assim fosse, teria seus direitos, necessidades e voz respeitados.

Dito isso, como se é possível estabelecer uma ferramenta de luta que atenda as demandas de maneira justa? O movimento feminista surge como uma proposta de luta das mulheres que abarquem e entendam suas opressões. Se voltarmos na história e pensarmos em um dos maiores marcos para o movimento feminista, logo falaremos do movimento sufragista. É importante lembrar que esse movimento feminista somente é validado no contexto histórico pois parte de uma iniciativa de mulheres brancas, visto que a população negra não era considerada nem humana, mulheres brancas estavam, mesmo ainda sem igualdade aos homens brancos, bem acima da população negra.

Mulheres pretas, bem antes de se pensar no sufrágio, já lideravam movimentos de luta por liberdade, seja a liberdade de cuidar de sua criança, a liderança de fugas de engenhos para libertação de seu povo. O movimento feminista pautado historicamente tem seu valor, mas ainda sim, negligencia o percurso da luta de mulheres negras.

²⁸ Acesso em 11 de maio de 2021. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=35231&Itemid=444

²⁹ Acesso em 11 de maio de 2021. Disponível em: <https://recontaai.com.br/quem-sao-as-empregadas-domesticas-no-brasil/>

O sufrágio feminino, sendo esse marco histórico na tomada de direito pelas mulheres brancas, até hoje em dia ainda é pauta dentro do movimento feminista, que vale também lembrar que o mesmo se divide em várias subcategorias: feminismo liberal, feminismo radical, feminismo marxista, feminismo negro, dentre outros. Aqui cabe a reflexão de como mesmo se dividindo, o feminismo ainda se mostra frágil quando tentamos introduzir o debate de raça, visto que a indissociabilidade dos dois movimentos, negro e feminista, sempre foi um obstáculo no feminismo.

Em 1848, ocorreu a primeira convenção sobre os direitos das mulheres nos Estados Unidos, em Seneca Falls, Nova York, a convenção que levava o mesmo nome não abarcou nenhuma mulher negra no evento, como pontua Angela Davis (2016). Esse fato serve para pensarmos como que, mesmo depois de tantos anos, o racismo ainda esta presente nas engrenagens do movimento feminista. Porém hoje, contrapondo a isto, o movimento de mulheres negras não mais carece e nem pede por esse reconhecimento branco, mas consolida suas pautas em cima de suas próprias lutas, que por muito tempo foram apagadas por um protagonismo branco.

Dois anos após essa convenção, surge outra, a Convenção Nacional pelos Direitos das Mulheres, em Worcester, Massachusetts, onde a presença de uma mulher negra foi capaz de gerar reflexão acerca do que o movimento pelo sufrágio realmente estava lutando: era o voto feminino, ou o voto branco?

“Não sou eu uma mulher?”³⁰, discurso entoado por Sojourner Truth, mulher negra e ex-escravizada, em uma convenção pelo direito das mulheres, pautava o preconceito e o machismo vindo de uma sociedade liderada por homens brancos, mas também deixava claro o racismo que suas “irmãs” de luta, mulheres brancas, exerciam em suas pautas.

“Não sou eu uma mulher?”, nada menos do que quatro vezes, ela expunha o viés de classe e o racismo do novo movimento de mulheres. Nem todas as mulheres eram brancas ou desfrutavam do conforto material da classe média e da burguesia. Sojourner Truth era negra – uma ex-escrava –, mas não era menos mulher do que qualquer uma de suas irmãs brancas na convenção. O fato de sua raça e de sua situação econômica serem diferentes daquelas das demais não anulava sua condição de mulher. E, como mulher negra, sua reivindicação por direitos iguais não era menos legítima do que a das mulheres brancas de classe média. Em uma convenção nacional de mulheres realizada dois anos depois, ela ainda

³⁰ Acesso em 05 de abril de 2021. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/>

lutava contra os esforços que tentavam impedi-la de falar. (DAVIS, 2016, p. 74)

O discurso de Sojourner Truth dá voz a mulheres pretas em um período de maior repressão. “Não sou eu uma mulher” ecoa até hoje como uma fala potente, carregada de força de mudança e emancipação. “Se a primeira mulher que Deus fez foi forte o bastante para virar o mundo de cabeça para baixo por sua própria conta, todas estas mulheres juntas aqui devem ser capazes de consertá-lo, colocando-o do jeito certo novamente.”(GELEDÉS, 2014)

O movimento feminista tem seu rompimento com o debate racial quando não se propõe a abordar interseccionalmente os fatores, ou seja, não considerando apenas as opressões de gênero, mas também de raça e classe. O termo interseccionalidade, criado pela estudiosa negra Kimberlé Crenshaw, surge como uma maneira de compreender as diversas demandas advindas da relação entre mais de duas opressões, nesse caso em específico, abordando gênero, raça e classe. No texto “Mapeando as margens: interseccionalidade, políticas e identidade e violência contra mulheres não brancas” (1993), Crenshaw traz de maneira entendível que “[...] a interseccionalidade pode ser mais amplamente útil como forma de mediação da tensão entre asserções de identidade múltipla e a necessidade contínua de política grupal.”³¹

Hoje em dia, quando nos deparamos com o debate sobre gênero, e aqui parto de uma experiência individual como mulher negra na universidade, enxergamos um debate que não começa no princípio da interseccionalidade, mas sim de um lugar que quase sempre negligência demandas raciais e de classe, onde por exemplo num evento feminista temos uma mesa sobre diversidade, ou apenas uma mulher negra em um evento majoritariamente branco falando sobre negritude. Abordar racialidade e classe dentro do movimento feminista deveria ser uma regra, e não apenas uma exceção.

A tomada de consciência sobre um debate onde nós somos protagonistas se torna cada vez mais real. Podemos hoje observar movimentos de mulheres pretas que pautam suas próprias vivências, sem a necessidade de inclusão em uma roda que debate nossas narrativas a partir de um olhar branco.

³¹ Texto traduzido. Disponível em: <https://medium.com/revista-subjetiva/mapeando-as-margens-interseccionalidade-pol%C3%ADticas-d e-identidade-e-viol%C3%Aancia-contra-mulheres-n%C3%A3o-31d7c2a33ca5>

Até que ponto o movimento feminista, pautado por escritoras brancas abarca a realidade de mulheres pretas? E qual a necessidade dessa inclusão ao invés de deixar que a voz de mulheres negras se manifestem? Mulheres que viveram contextos diferentes de mulheres brancas, passaram a escravidão e até hoje em dia são sujeitadas a espaços de extrema opressão não só por ser mulheres, mas por serem mulheres pretas.

O que poderia ser considerado como história ou reminiscências do período colonial permanece, entretanto, vivo no imaginário social e adquire novos contornos e funções em uma ordem social supostamente democrática, que mantém intactas as relações de gênero segundo a cor ou a raça instituídas no período da escravidão. As mulheres negras tiveram uma experiência histórica diferenciada que o discurso clássico sobre a opressão da mulher não tem reconhecido, assim como não tem dado conta da diferença qualitativa que o efeito da opressão sofrida teve e ainda tem na identidade feminina das mulheres negras. (CARNEIRO, 2003, p.1)

Partir apenas da condição de gênero não é e nunca foi suficiente. Reconhecer a fragilidade do movimento é o primeiro passo para mudá-lo. O movimento feminista vem por anos libertando mulheres de suas opressões, porém nesse mesmo sentido, acaba por continuar aprisionando corpos que não são representados. Estar em um espaço de luta em que você não se enxerga, e que não se propõe a te enxergar por completo é estar se aprisionando em um lugar que te machuca.

A liberdade feminina tem sido pauta do movimento, seja ela lá no passado representada pelo voto, seja hoje a liberdade do corpo, da voz, a questão central sempre volta para o mesmo lugar: liberdade para quais mulheres? O teor elitista presente no movimento feminista é bem explicado quando paramos para refletir sobre o sistema de trabalho que vivemos e quais condições são consideradas importantes. O capitalismo, pautado pela exploração do trabalho e pela extração da mais-valia, atribui poder a quem o possui, assim, mulheres brancas da burguesia, com seu acesso livre a conhecimento, cultura, conseguem se colocar em uma posição social mais elevada que as mulheres pretas da periferia. É importante não esquecer que a nossa sociedade é pautada através de valores ocidentais, fazendo assim com que o trabalho, cultura e conhecimento preto não se torne valorizado,

pois como não se enquadram na estrutura estabelecida, são designados como inferiores.

As limitações que um movimento branco e elitista traz consigo faz com que ainda uma boa parte da população não os compreenda ou não queira fazer parte, fazendo com que ocorra a tomada de consciência para criar e seguir um caminho pautado por nós mesmas.

Em 1970 no Brasil, surge o Movimento de Mulheres Negras (MMN), que possibilita enxergar a luta feminista a partir de uma ótica e história que partisse do nosso corpo e não através do outro, é a junção da luta de gênero e de raça. Com todos os obstáculos que perpassam a história de mulheres negras, conseguimos ainda ocupar os espaços de voz e reivindicar nossos direitos, abrindo portas não só para a necessidade de atendê-los, mas também para que outros movimentos sociais entendam a importância da inclusão da questão racial em suas pautas de luta.

O fato de que em 1970 ocorre a constituição de um movimento de mulheres negras, só torna nítido o trabalho que elas vêm fazendo por anos, sendo a sustentação da família, do trabalho e da sociedade.

Mulheres negras inspiram, criam vida, arte, estudo, cultura e força. Se posicionam na sociedade como alicerces firmes de revolução, atingem o opressor e a estrutura racista através não só da sua existência, mas também da sua atuação, seja ela profissional, acadêmica, em suas comunidades gerando voz popular. Hoje, conseguimos localizar diversos exemplos de mulheres pretas em comando da revolução, escritoras, estudiosas como Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Carla Akotirene, Bell Hooks, Chimamanda, perpassando as artes com Preta Ferreira, Taís Araújo, Tati Quebra Barraco, Mc Carol, Deize Tigrona, Linn da Quebrada, chegando à política formal como Taliria Petrone, Erica Malunguinho. A mulher preta existe, resiste e faz história.

A representatividade é um dos fatores mais importantes. A nossa dor, nosso cotidiano e nossa luta deve sim fazer parte do debate que visa a emancipação das mulheres.

2.3 Mulher preta e a favela

Abordar o contexto da mulher negra na sociedade já se torna complexo devido seus diversos fatores de opressão. Neste trabalho, meu olhar se volta para a mulher preta e favelada, que por múltiplas vezes são lembradas apenas quando estão trabalhando dentro da casa de uma família branca, ou servindo como mero objeto sexual.

Os estereótipos em relação à mulher negra permeiam o contexto da favela dia após dia, porque além da sua raça, cor e traços, a mulher preta favelada também está sujeita aos estigmas impregnados ao seu local de moradia. A favela e a periferia são vistas através de uma óptica racista, a população preta favelada é jogada nesse contexto sem que seja exercida a mínima segurança de sobrevivência nesse espaço, equiparados ainda a animais. Não existe segurança física, moral, alimentar, financeira e nem psicológica, o espaço da favela é rodeado dos piores estereótipos, sujeira, miséria, pobreza, violências e dor.

Uma das obras usadas para nortear esse debate é o livro “Quarto de Despejo”, de Carolina Maria de Jesus (2014), que aborda a partir de um testemunho, a vida das mulheres mães solo dentro da favela, que trabalham para o sustento de suas crianças na esperança da ascensão financeira. O livro retrata a favela como o quarto de despejo da sociedade e fala sobre vidas esquecidas que continuam existindo mesmo sendo negligenciadas e anuladas.

Quando estou na cidade tenho a impressão que estou na sala de visita com seus lustres de cristais, seus tapetes de viludos, almofadas de sitim. E quando estou na favela tenho a impressão que sou um objeto fora de uso, digno de estar num quarto de despejo. (JESUS, 2014, p. 37)

A escrita em “Quarto de Despejo” funciona como recurso direto da expressão, da fala e da liberdade. Concomitante a isso, no funk a liberdade também é advinda pela escrita, onde a realidade é a maior inspiração. O que bate de frente para mulheres negras na favela é uma realidade de luta cotidiana em que, partindo da visão ocidental de mundo e do sistema capitalista, suas únicas funções são manter sua família, visto que as mesmas em sua maioria são mães solo e chefes de seus lares, e trabalhar até a exaustão por salários que não são compatíveis com a força de trabalho empregada. No Brasil, 28,9 milhões de famílias são chefiadas por

mulheres, a pesquisa feita pelo Observatório do Terceiro Setor³², mostra que o número cresceu entre 2001 e 2015 por volta de 105%.

A jornada tripla de trabalhar fora de casa, ser mãe e trabalhar dentro de casa novamente assola milhares de mulheres pretas e faveladas. Se pensar a independência feminina dessas mulheres é acreditar em um movimento vindo delas, de suas falas, necessidades e pedidos. A compreensão de uma realidade pautada pela opressão nos leva a acreditar que a realidade vivida por essas mulheres é algo normal e necessário, o que não é. Muito pelo contrário, o movimento de luta por dignidade surge das condições deploráveis que essas mulheres e suas famílias são sujeitadas a viver.

Voltando à Carolina Maria de Jesus, uma das suas maiores esperanças de emancipação vem da crença no trabalho e no dinheiro, o que não pode ser anulado quando vivemos em um sistema capitalista onde tudo se compra. A ideia de se comprar uma liberdade está presente na vida de pessoas pretas desde a escravidão, onde se acreditava que um trabalho digno que um dia poderia libertar. As amarras que nos aprisionam hoje são outras, mas mesmo assim ainda não deixam de existir e de nos machucar.

Mulheres pretas buscam alternativas de sobrevivência, seja no trabalho formal de carteira assinada, quando se consegue, seja em pequenos empreendimentos autônomos. A ideia de que a independência financeira também abre portas para a independência emocional e física se faz real em nosso meio. O dinheiro nos permite movimentar, seja pensando em viagens de uma cidade a outra por exemplo, ou em insumos de sobrevivência, como o movimento de se transportar para o trabalho, para o mercado, hospital, de se estar vivo. Essa busca é incessante e temos um histórico de tirar a vida do pouco e esperança de quase nada. Aqui, não enxergo a resiliência como algo essencialmente positivo, visto que demandamos meios dignos de viver para o nosso povo, mas esse exercício de sobrevivência fez com que durante anos, e até hoje em dia, a população negra consiga resistir e ainda perpetuar os espaços, lutando por não só ascensão, mas respeito, visibilidade e dignidade.

³² Acesso em 06 de abril de 2021. Disponível em: <https://observatorio3setor.org.br/carrossel/289-milhoes-de-familias-no-brasil-sao-chefiadas-por-mulheres/>.

Quando se aborda o feminismo e suas perspectivas de emancipação para a mulher preta, ficam evidentes seus limites quando trazemos o debate para a favela. Mulheres pretas e faveladas vivem a partir de suas regras de respeito, cuidado, carinho e emancipação a favela se vive o feminismo sem cartilha, aquilo que não precisou ser pautado pelo movimento feminista branco para se tornar real, apenas existe, faz sentido e possibilita que muitas mulheres pretas e faveladas sobrevivam dia após dia no espaço de opressão que vivemos.

A liberdade para a mulher preta favelada nasce a partir de uma ótica própria, pois o sistema não visa que esses corpos possam nascer, crescer, reproduzir e prosperar de maneira digna, o sistema quer ver esses corpos ao chão, mortos ou submissos. Se colocar em uma posição de mulher preta que fala, luta e se move é enfrentar um sistema que oprime e sucumbe às nossas vidas. O papel da mulher preta favelada é ser protagonista da própria história, é construir a partir do seu viés o que é certo ou errado, é ocupar espaços que não são ditos como seus, é poder falar e ser ouvida. É ser livre, mas principalmente, feliz.

2.4 O funk como possibilidade emancipatória para a mulher preta

Manifestações culturais, como por exemplo a dança côco³³, advinda do nordeste, são maneiras de expressar pensamentos, vontades, necessidades, é uma das maneiras usadas para comunicar e existir. Vivendo dentro de uma perspectiva de acúmulo, onde o criar e o produzir estão sempre na roda do trabalho e do lazer, a cultura de um povo ou de um local são suas histórias, vivências e sobrevivências.

Em um contexto preto, a cultura é uma das bases essenciais de perpetuação da raça no mundo. É a partir dela que conhecemos nossas histórias, criamos conexões com nosso povo e nossas raízes. A cultura preta parte do que a gente é, das nossas danças, roupas, cabelos, lutas, falas e possibilidades de existência. As mulheres pretas, como forças primordiais nesse contexto, continuam perpetuando novas maneiras de existir e de fazer cultura. A música, o ritmo, a dança, o corpo e o funk, são possibilidades e também propriedade feminina, são recursos para a liberdade, a expressão, a voz e a luta.

³³ Dança de roda vinda da região Nordeste do Brasil, têm sua influência nos batuques africanos e indígenas.

Consolidado como uma manifestação contra-hegemônica, para além de lutar contra o preconceito racial, o funk também tem sua base feminina. Porém, como qualquer segmento social, o funk não está isento da reprodução direta dos estereótipos criados na sociedade como machismo. O funk se constrói como um estilo de música “machista” pois nasce de uma sociedade machista. O ponto em questão é entender quais estilos musicais são estigmatizados e quais não, já que todos nascem de uma mesma sociedade, que produz e dissemina os mesmos preconceitos.

Quando entramos em um debate social para entendimento das opressões e por quais motivos alguns corpos pagam mais caro pelos mesmos erros, é necessário lembrarmos de como nosso país foi construído e quais são os sistemas de manutenção usados dentro dessa ordem de gestão. Sendo o sistema capitalista uma forma de articulação e manutenção da ordem exercida pelo Estado baseado diretamente em um discurso de poder, onde quem tem mais dita as regras de dominação, não é difícil imaginar quais estereótipos são julgados como bons e quais como ruins.

Um recurso essencial no debate sobre a articulação do sistema capitalista e seu discurso de poder, é o debate do racismo estrutural, que perpassa todas as relações sociais e faz com que esses julgamentos tenham remetentes e destinatários. Silvio Almeida em seu livro “O que é racismo estrutural?” (2018) traz a reflexão acerca do termo.

A tese central é de que o racismo é sempre estrutural, ou seja, de que ele é um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade. Em suma, o que procuramos demonstrar é que o racismo é a manifestação normal de uma sociedade, e não um fenômeno patológico ou que expressa algum tipo de anormalidade. (ALMEIDA, 2018, p. 15)

O racismo estrutural é o que explica pessoas negras fora de cargos de poder, favelas compostas majoritariamente por corpos pretos, o sistema carcerário abarrotado de negros. O racismo estrutural é a marca do preconceito no cotidiano, 24 horas por dia, é o julgamento que muitas vezes é feito “sem querer”, é o jeito que o sistema encontrou de se perpetuar.

O funk na sua potência rebate o discurso de autoridade advindo do patriarcado, mas principalmente o contra-ataca com um discurso contra-hegemônico disseminado por mulheres e meninas negras dentro de um espaço de racismo,

machismo, classismo e sexismo, articulando sua liberdade e emancipação por um viés financeiro, mas também social, cultural e de resistência. Entender que as mulheres utilizam do funk como seu próprio discurso de poder, para questionar a ordem social, se expressar, e pensar em uma transformação de seu status social, é refletir como esse corpo se torna político e necessário de cuidado, de afeto e escuta.

O discurso do funk também é um discurso de poder, e quando a partir dos anos 2000 surgem as funkeiras, mulheres dessas mesmas favelas do Rio de Janeiro, que passam a compor e cantar funks a partir de suas experiências como mulheres pobres-faveladas, o funk se torna um espaço de fala e de luta para elas também. (COSTA, 2016, p.3)

A autorrepresentação dentro de funk se torna necessária quando parte do pressuposto que vivemos em uma sociedade patriarcal e racista, que limita esse espaço e define diretamente quais corpos são passíveis de serem ouvidos. O funk no Brasil tem grandes nomes femininos consolidados como Tati Quebra-Barraco (RJ), Deize Tigrona (RJ), Mc Carol (RJ), Mc Rebecca (RJ), Ludmilla (RJ), entre diversas outras mulheres negras que a partir do funk encontraram uma maneira de demonstrar e verbalizar a narrativa feminina dentro do espaço das favelas.

O movimento feminino no funk pode ser tido como um feminismo sem cartilha³⁴, já que todas as reivindicações de espaço, voz e liberdade partem das vivências de mulheres funkeiras das favelas, e não necessariamente de estudos e livros. Muito antes de se falar na denominação feminismo, as mulheres no funk já abordavam corpo, sexo, proteção, cuidado, emancipação e força.

A democratização do debate sexual para meninas tem grande importância, visto que até hoje esse tema ainda é um tabu. Dentro das favelas, as letras femininas no funk conscientizam sobre os perigos nas ruas, mas também sobre os cuidados sexuais e a importância da proteção de um corpo e a independência do mesmo - um corpo que não é do outro e sim seu. Um exemplo é a música "Ginecologista" cantada por Juliana e as foguentas (RJ) "*Veterinário é pra cachorro/ eletricista é pra dar choque/ ginecologista, pode crer é pra dar toque./ Fogosa e chapa quente vai ao ginecologista,/ tá ligado que é de lei dar um trato na pipita.*" A

³⁴ Termo usado pelo DJ Malboro no documentário "Sou feia, mas tô na moda" (2005), para designar mulheres que consomem o funk feminino. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7TEGmeETANE>

ideia de ter um acompanhamento saudável em relação à saúde do corpo é um debate introduzido nessa música. Vale lembrar que a mesma foi lançada durante os anos 2000, o que nos traz uma atitude revolucionária quando se trata do debate sobre o corpo.

Outra música mais atual que também traz o debate do cuidado com o corpo e o sexo seguro é a música “E cadê o amor?” da MC Carol (RJ). A letra, além de abordar o sexo seguro, também traz a possibilidade de uma relação sexual que não permeia a ideia de compromisso, e sim de liberdade para ser realizada com quem bem entender, contrariando estigmas machistas de negação do âmbito sexual na vida da mulher, onde a mesma só pode exercer relações sexuais com o marido e dentro do casamento. *“E cadê o amor? Foi pra casa do caralho/ Usando camisinha, pele a pele é mó furada.”*

É inegável que o movimento do funk feminino contribui para a desconstrução de tabus e estigmas, mas não é consumido por todas as mulheres faveladas. Porém, não consumir ou participar diretamente de um movimento não tira o poder de revolução dele, nem o seu caráter transformador. Hoje em dia, podemos observar várias vertentes do feminismo, por exemplo, onde muitas não são totalmente aceitas pelas mulheres, mas que não perdem seu valor e caráter revolucionário.

O documentário “Sou feia, mas tô na moda”³⁵ (2005), apresentado pela funkeira Deize Tigrone, é um grande auxílio quando pensamos no debate do funk feminino. Falas de meninas e mulheres que vivem a cultura do funk, não só como cantoras e compositoras, mas também como frequentadoras dos bailes, perpassam diretamente sua própria raça, seu corpo, sua liberdade e seu direito de ir e vir. Funks protagonizados por mulheres no microfone e na composição das letras contribui para a desmistificação de tabus sexuais, pois até então o que podia acontecer dentro de uma relação sexual era ditado apenas pelo homem dotado socialmente de poder. Nesse momento, o reconhecimento do próprio corpo faz com que as mulheres ditem as regras do jogo, o que querem e principalmente o que não querem. Em uma de suas músicas mais famosas, Deize Tigrone (RJ) canta a letra *“Se liga seu otário no papo que eu vou mandar/ então, para de palhaçada, deixa de gracinha,/ eu dou pra quem eu quiser, que a porra da buceta é minha.”*

³⁵ Acesso em 10 de dezembro de 2020. Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=7TEGmeETANE>

O discurso que vem do patriarcado é rebatido e ganha forma: quem sempre teve o poder de fala, hoje vai ter que ouvir também. É o incentivo à luta contra o heteropatriarcado em função da liberdade e emancipação feminina. O funk feminino firma sua importância ao dar voz para as que sempre foram subalternizadas e diminuídas.

Dentro de uma sociedade machista e racista, é necessário criar aberturas dia após dia para sua modificação estrutural, e as mulheres no funk estão nesse movimento há muito tempo. Dentro do feminismo sem nenhuma cartilha, as mulheres na periferia produzem e consomem aquilo que é seu, o funk é cultura periférica, preta, revolucionária, e também, feminista.

Nesse ponto de investigação, também se torna necessário pontuar as subdivisões que temos em relação ao gênero e a raça. Por diversas vezes somos atoladas em cima de um discurso feminista, onde o que se debate passa longe da nossa realidade enquanto mulher negra. O funk é a retomada de uma consciência corporal que nos foi negada por muito tempo. É a sensualidade, a liberdade de escolha do que exercer com o próprio corpo, a exaltação a partir de uma perspectiva própria, coisa que foi negada para nós mulheres negras tempo demais, é bater de frente com a sexualização e violência vinda do outro. O nosso corpo foi colonizado, estereotipado e sexualizado, mulheres, homens e crianças pretas sempre tiveram ginga, rebolado, música e arte, o olhar sexual para o corpo que rebola foi construído através de uma visão branca, machista e ocidental.

Pensar na liberdade feminina pelo funk é enxergar na força das mulheres negras e periféricas um poder de transformação individual, mas principalmente social e coletivo. Em um debate sobre o corpo, Linn da Quebrada (SP)³⁶ e Jup do Bairro (SP)³⁷, duas artistas travestis nacionais na liderança do programa TransMissão no Youtube do Canal Brasil³⁸, fazem uma abordagem direta do que é esse corpo negro feminino e quais são suas perspectivas de emancipação. Nessa conversa, elas entrevistam MC Carol (RJ), uma das maiores potências femininas dentro do funk, e as três discorrem sobre o que pode esse corpo, o que lhe é dado e o que lhe foi negado. As artistas debatem a construção social de enxergar a mulher negra não só pelos seus estereótipos sexuais, mas também como é vista dentro do

³⁶ Atriz, cantora, ativista social, compositora.

³⁷ Cantora, compositora, apresentadora.

³⁸ Ao ar no YouTube em 12 de dezembro de 2019. Acesso em 01 de dezembro de 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kJE3JL2xwWI&t=1s>.

seu espectro de força em toda parte do tempo, a necessidade de se mostrar inabalável e indestrutível, ao mesmo passo que sustenta toda uma sociedade.

O funk vem como arma na possibilidade de falar o que quer, quando quer e como quer, expor medos e inseguranças, mas principalmente, expor seu lado da história. Cotidianamente o corpo da mulher negra é colocado em pauta pois, se vivemos em uma sociedade que tem em sua base de sustentação a mulher negra, é esse corpo que ainda hoje mantém as estruturas e as engrenagens girando. Dessa maneira, para um debate mais profundo é necessário pontuarmos dentro da perspectiva de cultura periférica, funk e feminismo, o corpo de mulheres negras que perpassam e constroem todo esse movimento.

CAPÍTULO 3: A IMPORTÂNCIA DO FUNK PARA O CONTEXTO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL

3.1. O funk é uma realidade de atuação profissional?

O Serviço Social se propõe a atuar profissionalmente a partir da compreensão dos limites e possibilidades das relações sociais, levando em consideração as suas particularidades, como as questões de classe, raça e gênero, e o sistema de produção vigente.

O funk se torna uma realidade de atuação profissional ao narrar a realidade vivida nas favelas tendo em vista que muitas vezes essas narrativas não são alcançadas pelo/a assistente social. O debate que visa a cultura como motor social ainda é pouco desenvolvido, por exemplo, no departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília, os trabalhos de conclusão de curso que debatem a cultura periférica como recurso de emancipação, conscientização e força não chegam a cinco. É necessário que, ao considerar uma representação cultural, o profissional seja capaz de também enxergar as pessoas que estão por trás delas. O/A assistente social, por trabalhar diretamente com as relações sociais e de poder que

permeiam o sistema capitalista, deve indissociabilizar os debates que envolvem as questões de classe, raça e gênero na sua formação acadêmica e atuação profissional.

Lenin, em seu livro “Uma grande iniciativa” (1919), traz o conceito de “classes”,

Chama-se classes a grandes grupos de pessoas que se diferenciam entre si pelo seu lugar num sistema de produção social historicamente determinado, pela sua relação (as mais das vezes fixada e formulada nas leis) com os meios de produção, pelo seu papel na organização social do trabalho e, conseqüentemente, pelo modo de obtenção e pelas dimensões da parte da riqueza social de que dispõem. As classes são grupos de pessoas, um dos quais pode apropriar-se do trabalho do outro graças ao fato de ocupar um lugar diferente num regime determinado de economia social. (LENIN, 1919, p.9)

No capitalismo, entender as estruturas de classe auxilia o entendimento de outras questões sociais que são produtos do mesmo, como o racismo e o machismo, e contribuem para um senso de coletividade e de luta social. No livro “Manifesto do Partido Comunista” (2008), Marx e Engels trazem à tona uma reflexão acerca das relações de trabalho no sistema capitalista, que auxiliam no debate de classes.

A moderna sociedade burguesa, que surgiu do declínio da sociedade feudal, não aboliu as contradições de classe. Ela apenas colocou novas classes, novas condições de opressão e novas formas de luta no lugar das antigas. Nossa época – a época da burguesia – caracteriza-se, contudo, por ter simplificado os antagonismos de classe. Toda a sociedade se divide, cada vez mais, em dois grandes campos inimigos, em duas grandes classes diretamente opostas: a burguesia e o proletariado. (MARX; ENGELS, 2008, p.11)

As relações de classe são questões norteadoras para o funcionamento da sociedade no que tange o sistema capitalista. Sistemas gestores da sociedade costumam sempre gerar antagonismos de opressão e oprimidos: à época da escravidão, tínhamos senhores de engenhos e escravos; hoje tempos capitalistas e trabalhadores. Esse antagonismo sustenta as relações sociais do sistema: o embate entre opressores e oprimidos.

A desigualdade, fruto da injusta luta de classes, é um dos pilares em que o capitalismo se fundamenta. Quando partimos de uma lógica de produção onde se lucra através da exploração da força de trabalho, configura-se uma sociedade em que algumas poucas pessoas terão mais poder financeiro e social que outras.

Nesse caso, os detentores desse poder são os capitalistas que controlam a força de trabalho.

Partindo da lógica trazida por Marx no “Manifesto do Partido Comunista” (2008) de que “Toda luta de classes é, contudo, uma luta política” (p.25), viver no sistema capitalista é refletir sobre as contradições e as batalhas que precisamos enfrentar na luta por uma vida digna, o que podemos enxergar como frutos gerados pelo sistema.

Como uma profissão que atua diretamente na divisão social do trabalho, o Serviço Social se coloca como uma classe profissional que tem como base de atuação “o desenvolvimento capitalista e a expressão urbana [...]” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2013, p.83). Assim, é importante que o olhar profissional seja eficiente nessas batalhas.

A cultura e o lazer, como parte da experiência social, se caracterizam como uma expressão urbana de determinado grupo, neste estudo, moradores de favelas e periferias, majoritariamente pretos. Essa questão se torna importante no contexto profissional, pois norteia não apenas um único debate, como cultura, mas permeia uma gama de espaços, como o da raça, classe, gênero, acessos e direitos.

A hostilidade da ordem de produção capitalista à arte se manifesta igualmente na divisão capitalista do trabalho. Um maior desenvolvimento na compreensão deste aspecto do tema nos remeteria, ainda uma vez, ao estudo da economia como uma totalidade. Do ponto de vista do nosso problema, vamos nos contentar em fixar aqui um só princípio, que será, novamente, o princípio do humanismo, o princípio que a luta emancipadora do proletariado herdou dos grandes movimentos democráticos e revolucionários precedentes, herança elevada a um plano qualitativamente superior, ou seja, a reivindicação do desenvolvimento harmônico e integral do homem. Ao contrário, a hostilidade à arte e à cultura, própria do sistema capitalista, comporta o fracionamento da totalidade concreta do homem em especializações abstratas. (MARX; ENGELS, 2010, p. 20)

A visão marxista de cultura e arte não exclui o sistema capitalista de seu funcionamento, muito pelo contrário, o insere no centro, como definidor dessas expressões. A citação acima retirada do texto escrito por Marx e Engels, traduzido por Netto e Yoshida, “Cultura, arte e literatura: textos escolhidos” (2010), traduz a funcionalidade da cultura dentro do capitalismo, resistir em contraponto à hostilidade do sistema, se manifestando na divisão do trabalho através de especializações abstratas, mas sendo arma de emancipação.

O papel do/a assistente social dentro do sistema capitalista é entender suas contradições e atuar diretamente nelas, pautando as reproduções das relações sociais, aqui incluso as questões que envolvem não só o trabalho, mas arte, cultura e sociabilidade. Para Iamamoto e Carvalho, reprodução das relações sociais são definidas como:

[...] a reprodução das relações sociais é a reprodução da totalidade do processo social, a reprodução de determinado modo de vida que envolve o cotidiano da vida em sociedade: o modo de viver e de trabalhar, de forma socialmente determinada, dos indivíduos em sociedade. Envolve a reprodução do modo de produção [...]. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2013, p.79.)

Assim, quando pautamos o funk como uma realidade para a atuação profissional, o entendemos como uma reprodução do modo de produção capitalista, que não só se trata de um estilo musical, mas de vidas e de trabalho. O funk surge como uma luta social e popular que é obrigada a se recriar dentro do sistema vigente para sobreviver. Faz parte da luta pela hegemonia, pelo poder, e principalmente, pela existência de corpos marginalizados, negligenciados e ocultados.

O profissional de Serviço Social lida diretamente com as refrações da questão social³⁹ advindas, e particulares, do sistema capitalista. São a partir delas que se torna possível construir um olhar crítico sobre a sociedade e intervir diretamente na realidade partindo de concepções teóricas. Visto que o capitalismo é um sistema de produção que se renova, mesmo mantendo suas bases, a questão social também segue essa lógica: quanto mais o sistema se desenvolve e cria aparatos, mais a questão social também se complexifica.

É importante que o debate racial e periférico seja pauta entre assistentes sociais com mais potência e protagonismo, visto que os mesmos são uma representação do Estado dentro dos espaços da sociedade civil. A pauta verbalizada por moradores das favelas e periferias deve ser não só escutada, mas cuidadosamente considerada para ser atendida. Nesse processo, não apenas a escuta é importante, mas também a busca por aprender e apreender acerca da vida

³⁹ Para Iamamoto e Guerra: "A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão." Iamamoto; Guerra. *Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 38.ed. 2013. p.83-84

nesses espaços, indo além de um olhar generalizado e estereotipado sobre o que são as periferias, quem as habita e como as coisas funcionam dentro dela.

A instituição Serviço Social, sendo ela própria polarizada por interesses de classes contrapostas, participa, também, do processo social, reproduzindo e reforçando as contradições básicas que conformam a sociedade do capital, ao mesmo tempo e pelas mesmas atividades em que é mobilizada para reforçar as condições de dominação, como dois pólos inseparáveis de uma mesma unidade. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2013, p. 101.)

Esse funcionamento que a sociedade capitalista tem, mesmo contraditório, é funcional para o capital, que produz as mazelas da sociedade e cria as categorias que podem solucioná-las, mas que ao mesmo tempo, não possuem total autonomia e poder para isso. Apesar de ser uma profissão para atender as necessidades do capital, o/a assistente social é capaz de atender a outros fatores sociais, a partir da escuta qualificada, do olhar crítico e da constituição de um instrumental teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político de análise da sociedade, trabalhando na intenção de compreender as necessidades de sobrevivência do proletariado.

O Serviço Social lida com diversas representações que se transformam em dados para a atuação: a autodeclaração no caso da raça, a ocupação de espaços públicos quando se fala de lazer, a frequência e matrícula escolar quando se trata da educação, entre outros. Aqui, o funk se torna uma arma potente de geração de dados, debate e, principalmente, intervenção social pela profissão. Trabalhar a questão racial e periférica a partir do olhar profissional é lutar pelo acesso e dignidade de vida dessa população.

A expressão cultural do funk, para o/a assistente social, é mais uma maneira de olhar para a sociedade através da ótica popular, de escutar quem sente e está em seu local de fala, é compreender as necessidades da fonte sem menosprezar seus agentes ativos. Para uma profissão como o Serviço Social, que preza pela democratização do acesso à informação e pela luta por direitos sociais, cidadania e dignidade, o funk e as expressões culturais atuam como aliados nessa luta.

3.2 Compromisso profissional no combate aos preconceitos e racismo

Em um contexto profissional, é importante entender todos os marcadores dispostos, principalmente os históricos, que carregam consigo o poder de compreensão da realidade. O/A assistente social tem em sua atuação profissional a dimensão investigativa, que o permite, a partir da dialética⁴⁰, conhecer e intervir.

A teoria e a prática são coisas que andam juntas e, alinhadas ao contexto profissional do/a assistente social, uma não se sustenta sem a outra, um conhecimento que não é aplicado não gera mudanças, e uma intervenção sem bases sólidas de saberes, é uma intervenção superficial e frágil. Como reforço da importância das duas dimensões, Guerra diz em seu texto “A dimensão investigativa no exercício profissional” (2009): “A necessidade de atuarmos sobre a realidade é o que nos conduz ao conhecimento. Não obstante, para intervir, é preciso conhecer, para o que há que se ter procedimentos adequados.”

Em seu Código de Ética Profissional, o Serviço Social se compromete em seu oitavo e décimo primeiro princípio fundamental com a construção de uma nova ordem societária, que não seja pautada pela exploração de etnia, classe e gênero, sem dominação, sem ser discriminado e nem discriminar.

VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero;

XI. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física. (Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão, 2012, p.24)

Dessa maneira, a profissão se compromete diretamente com a luta ao combate do racismo e as opressões, na necessidade de construção de novos modos de vida. O Código de Ética profissional é um documento fundamental para o/a assistente social, pois formula regras, direitos e princípios da profissão, norteando toda uma classe e suas pautas de luta, já que em seu art. 3 firma como dever do profissional: “Desempenhar suas atividades profissionais, com eficiência e responsabilidade, observando a legislação em vigor”.

⁴⁰ A teoria materialismo dialético, elaborada por Engels e Marx, propõe o estudo da sociedade partindo do olhar que nada está dado, as coisas são mutáveis partindo das suas relações e de seus conflitos. É o movimento do pensamento através da realidade, a teoria e a prática, aplicada na forma em que as pessoas se organizam em sociedade e exercem suas relações sociais.

No Serviço Social, esse documento possui um caráter de luta para a construção de uma nova ordem societária, pautada pela democracia e garantia de uma cidadania plena.

É ao projeto social aí implicado que se conecta o projeto profissional do Serviço Social - e cabe pensar a ética como pressuposto teórico-político que remete ao enfrentamento das contradições postas à profissão, a partir de uma visão crítica, e fundamentada teoricamente, das derivações ético-políticas do agir profissional. (Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão, 2012. p. 22)

A partir dos instrumentais profissionais teórico-metodológico, técnico-administrativo e ético-político, o/a assistente social é um agente importante na luta contra os preconceitos e ao racismo. É crucial que a profissão se comprometa não só em agir, mas também em apreender acerca desse princípio, que infelizmente, norteia nossa sociedade.

Nos anos de 2017 a 2020, o Conselho Federal de Serviço Social - CFESS promoveu uma campanha de gestão que teve como tema “Assistentes Sociais no combate ao racismo”, em que se propuseram a lançar o debate mais que necessário e que se atrela o Serviço Social e o combate ao racismo, questão que nos é colocado como compromisso da profissão pelo Código de Ética Profissional e pelo Projeto Ético Político Profissional. De acordo com o site⁴¹ criado para a campanha,

O trabalho de assistentes sociais tem relação direta com as demandas da população negra que reside nos morros, nas favelas, no sertão, no campo e na cidade. Assistentes sociais estão nos serviços públicos como os de saúde, educação, habitação e assistência social, que devem ser garantidos para toda a população. (CFESS, 2017)

A campanha, além de seu caráter de reiteração da importância do debate racial para a profissão, também se caracteriza como pontapé inicial para um tema que por muitos anos esteve apagado: “Ao dar centralidade a este debate, queremos incentivar a promoção de ações de combate ao racismo no cotidiano profissional de assistentes sociais, ampliando a percepção sobre as diversas expressões do racismo.” (CFESS, 2017)

⁴¹ Site feito para a campanha. Disponível em: <http://servicosocialcontraracismo.com.br/> . Acesso em 25 de Abril de 2021.

O debate racial deve estar inserido no olhar crítico do profissional em seu cotidiano de atuação, seja nos espaços de trabalho, seja no de estudo. Com o racismo sendo um determinante social, a categoria profissional deve permanecer atenta e vigilante, visto que, por muitas vezes, na atuação técnica e monótona do dia a dia, princípios e questões fundamentais se perdem.

As demandas sociais que o Serviço Social atende demonstram nitidamente o quão necessário o debate racial e étnico se faz, pois quando debatemos acesso à saúde, debatemos raça; acesso à moradia, debatemos raça; saneamento básico, debatemos raça. É nesse espaço de construção que o trabalho visa contribuir nos questionamentos, escutas e posicionamentos acerca do trabalho do/a assistente social dentro do debate racial.

A campanha feita pelo Conjunto CFESS-CRESS norteia seus objetivos básicos a partir da criação de um diálogo sobre o racismo com toda categoria profissional, usuários, movimento negro e a sociedade civil como um todo, na intenção de incentivar, promover e denunciar ações contra o racismo no seu cotidiano a partir da valorização da população e cultura negra. Essas metas reforçam a posição do/a assistente social nessa luta, e levando em consideração como objetivo da campanha a valorização da população e da cultura negra, reforçamos aqui a cultura funk como uma aliada nessa luta.

Um outro trabalho importante para a categoria foram os cadernos da série “Assistente Social no Combate ao preconceito”⁴², realizado pelo conjunto CFESS-CRESS. O Caderno 3 pauta sobre o racismo, frisando em sua apresentação a importância do compromisso profissional com a luta contra os preconceitos.

Os textos têm como objetivo orientar e estimular os/as assistentes sociais a uma compreensão crítica das variadas situações de preconceito enfrentadas nos encaminhamentos cotidianos do exercício profissional – algumas ocasionais e outras afirmadas em aspectos sociais e culturais que afetam os sujeitos envolvidos. (CFESS, 2016, p.5)

O caderno é voltado para a categoria profissional, na intenção de introduzir e fortalecer o debate racial na profissão, visto que lidamos diretamente com a questão social e suas refrações e tendo o racismo como um marco estruturante da sociedade. A partir de uma escrita direta, o material traz a definição de termos, diferença entre raça e etnia, políticas afirmativas, importância do fator raça nos

⁴² Acesso em 10 de maio de 2021. Disponível em:
<http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-Caderno03-Racismo-Site.pdf>

censos e pesquisa, ligação com o/a assistente social e até indicações de bibliografias voltadas para o tema.

Visando a defesa de direitos, a constituição de uma vida digna através de sua atuação, o/a assistente social é colocado frente às mazelas da sociedade e instigado a aprender sobre elas para uma intervenção cada vez mais efetiva. É necessário um olhar crítico acerca da realidade e apreensão dos conhecimentos acerca do racismo.

Esse processo contribuirá para o fortalecimento do projeto ético-político profissional, sobretudo no que tange à sua direção política, que busca construir outra sociabilidade, com valores emancipatórios, cujas relações humanas sejam livres de qualquer exploração, opressão e discriminação de classe, racial e patriarcal. (CFESS, 2016, p.16)

Na realidade do Serviço Social, o atrelamento da profissão aos movimentos sociais, autônomos e coletivos, constituem mais um recurso profissional na luta contra os preconceitos. De acordo com Iamamoto e Carvalho no livro “Relações Sociais e Serviço Social no Brasil” (2013),

Os movimentos sociais autônomos constituem a forma politicamente legítima de organização e mobilização dos trabalhadores, como meio de expressão e enfrentamento coletivo de suas necessidades e interesses de classe no cenário político; [...] (IAMAMOTO; CARVALHO. 2013, p.102.)

Estar inserido em movimentos sociais faz com que o/a assistente social tenha mais subsídios de atuação, estruturando sua escuta e seu olhar crítico referente às questões sociais presentes no cotidiano profissional e de luta. O Código de Ética mais uma vez traz em seus escritos o direito à participação de movimentos sociais como um recurso de luta pela democracia. Em seu art. 12 do capítulo IV, traz como direito do/a assistente social, quando pautamos suas relações com entidades e categorias e organizações civis, “apoiar e/ou participar dos movimentos sociais e organizações populares vinculados à luta pela consolidação e ampliação da democracia e dos direitos de cidadania.”

Como pressuposto de luta por cidadania e direitos, a gestão de 2017-2018 da Executiva Nacional da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), elaborou o documento “Subsídios para o debate sobre a questão

étnico-racial na formação em Serviço Social”⁴³, na intenção de mais uma vez aproximar da realidade profissional a questão racial.

Tendo como objetivo geral “Oferecer subsídios para a inclusão e o fortalecimento do debate da questão étnico-racial contribuindo para uma formação em Serviço Social antirracista a partir do desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão (graduada e pós-graduada)” (ABEPSS, 2017-2018, p.12) O documento vem trazer a tona o debate racial partindo do sistema capitalista e sua relação com o mesmo, visto que o/a assistente social é o principal mediador dessa relação, e se compromete a construção dessa nova ordem societária sem preconceitos e opressão.

O racismo, de acordo com esta posição é uma manifestação das estruturas do capitalismo, que foram forjadas pela escravidão. Isso significa dizer que a desigualdade racial é um elemento constitutivo das relações mercantis e das relações de classe, de tal sorte que a modernização da economia e até seu desenvolvimento também podem representar momentos de adaptação dos parâmetros raciais a novas etapas da acumulação capitalista. Em suma: para se renovar, o capitalismo precisa, muitas vezes, renovar o racismo, como, por exemplo, substituir o racismo oficial e a segregação legalizada pela indiferença em face da igualdade racial sob o manto da democracia (ALMEIDA, 2018, p. 144).

Inserido em uma sociedade que lida diretamente com as contradições do capitalismo, como já dito neste capítulo, reitero aqui que o/a assistente social não está isento de preconceitos e atuação profissional conservadora, visto que o mesmo trabalha diretamente no cerne do sistema. A questão é a configuração política de cada profissional em seu cotidiano, pois dependendo dela, o mesmo pode atuar em defesa das pautas dos trabalhadores ou do capitalismo, ao passo que sua autonomia de atuação também tem limites e possibilidades dependendo do local de atuação do profissional.

O agente profissional, tendo todas essas contradições à sua frente, deve ser capaz de construir estratégias de atuação, visto que o mesmo se torna praticamente um mediador entre a classe trabalhadora e o Estado. É nesse lugar que se configura mais uma vez a importância do debate, da conversa, da fala e do posicionamento, pois é a partir dele que o profissional se comunica, e a fala é uma das maiores armas de revolução na nossa sociedade.

⁴³ Acesso 10 de maio de 2021. Disponível em: http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/subsidio_debate_uestao_etnico_servico_social-201812041419427146430.pdf

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho foi a construção de vivências, experiências e realidade, na intenção de trazer a importância e a urgência do debate sobre as culturas periféricas, principalmente no campo profissional do Serviço Social. Escrever sobre um ramo pouco debatido dentro de espaços acadêmicos foi, e continua sendo, de longe uma das experiências mais desafiadoras que me propus a fazer. O funk como uma cultura menosprezada, em sua essência remete historicidade e brasilidade, abordá-lo neste trabalho é reviver e deixar gravado sua importância e seu caráter emancipatório.

Em todo projeto de escrita me propus trabalhar e conversar com a realidade que vivo, o que não foi fácil, já que quando falamos sobre algo que nos atinge, o debate fica mais intenso e real. Passear pela história do funk me gerou sentimentos de alegria, representatividade e ancestralidade, servindo de inspiração para dar continuidade a esse processo que mesmo longo, gerou frutos.

Toda escrita aqui feita surge como força para que partindo desta experiência de leitura, mais pessoas possam se aproximar do debate sobre a cultura periférica, sobre o funk e sobre as mulheres que fazem parte desse movimento.

A estigmatização do favelado, do espaço da favela e do que ela produz, rondam nossa sociedade de forma estrutural. A discriminação e o cerceamento da voz de pessoas faveladas faz com que se pinte no Brasil a ideia de uma cultura que não tem um dono específico, e é no final das contas apenas brasileira. O funk tem, e sempre teve remetente, apagar a produção desses espaços é contribuir diretamente para o genocídio de toda uma comunidade.

O funk atualmente atingiu camadas na mídia que antigamente não eram imaginadas, hoje, o funk toca desde a periferia até as festas de classe média alta. Porém, a reflexão que pretendo gerar, é porque uma cultura de tão fácil acesso e consumo, é discriminada de maneira tão violenta? Agredir o funk é agredir a população favelada preta, deslegitimar a cultura periférica, é reforçar as estruturas racistas.

Em uma sociedade cheia de preconceito, o funk além do racismo, lida diretamente com o machismo, visto que está inserido em uma sociedade que viabiliza essas questões. A mulher no funk é a representatividade de uma voz em meio ao preconceito, dizer em uma letra de música suas vontades, sexuais, financeiras e de vida, é possibilitar que mais meninas e mulheres se enxerguem capazes de também colocarem sua voz para fora. Pensando ainda no contexto periférico, funkeiras pretas e faveladas contribuem para o movimento de emancipação feminina, conversando diretamente a partir de um feminismo sem cartilha, pautado diretamente por sua realidade.

Encarar o desafio de atrelar o debate de cultura periférica ao do profissional de Serviço Social, é acima de tudo enxergar potencial de revolução na profissão, de atrelamento e olhar para a existências de refrações da questão social que precisam ser atendidas. Assumir a necessidade de atender demandas existentes, é assumir o papel de agente pensante, que se coloca em lugar não de soberania absoluta, mas principalmente de eterno aprendiz.

O/a assistente social em cumprimento com seu Código de Ética Profissional, atrelado com suas bases acadêmicas, assume o compromisso de luta, junto a movimentos sociais, por uma sociedade cada vez mais digna, cidadã e com direitos.

A luta por uma nova ordem societária parte da concepção de que a mudança é o recurso principal em sua atuação, é a noção de que como está, não dá para ficar.

A falta de visibilidade para a produção da favela agride diretamente a perpetuação da comunidade. A negligência, o racismo, o machismo, a falta de acesso e a violência, fazem parte de um genocídio que é alimentado dia após dia, no intuito de fazer sumir com esses corpos. Mas a favela vive! Vive com sua produção local e regional, fomenta cultura, esporte e lazer, gera renda e alimenta famílias. A favela nos proporciona o funk, leva seus morros para festivais de música e até para fora do Brasil, e nessa bagagem não se pode apagar as marcas da população preta e pobre.

O funk é cultura periférica e brasileira, é a expressão dos menos favorecidos pelo Estado, é a história contada através do batidão, é a possibilidade de expressão com o próprio corpo. O funk é rebolar até o chão para fazer revolução.

Este trabalho é uma convocatória, a todos aqueles que já se sentiram silenciados a falar e a manifestar. É um chamado às/aos assistentes sociais que acreditam na revolução do povo, partindo da diversidade, multiplicidade e equidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

VIANA, Iara Pires. TERRITÓRIO FUNK E FEMINILIDADES: subjetividades construídas entre relações de poder, a rua e a violência. Revista Brasileira de Estudos do Lazer, Belo Horizonte - MG, v. 3, n. 3, p. 118-135, 17 nov. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/rbel/article/view/525>. Acesso em: 22 out. 2020.

CIDINHO; DOCA;. Rap da Felicidade. [S. l.: s. n.], 1995. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qKkQjwji8LM>. Acesso em: 22 out. 2020.

VIANNA, Hermano. O mundo funk carioca. [S. l.]: ZAHAR, 1988.

MC Guimê tem autorização para captar 516 550 reais Leia mais em: <https://vejasp.abril.com.br/cultura-lazer/mc-guime-gravacao-dvd-lei-rouanet/>. Veja São Paulo, [S. l.], p. -, 4 maio 2015. Disponível em: <https://vejasp.abril.com.br/cultura-lazer/mc-guime-gravacao-dvd-lei-rouanet/><https://vejasp.abril.com.br/cultura-lazer/mc-guime-gravacao-dvd-lei-rouanet/>. Acesso em: 10 maio 2021.

DE CLAUDIA Leitte a Luan Santana: projetos da Lei Rouanet causam espanto: Principal crítica é contra artistas que têm fama e mesmo assim procuram o recurso. R7.com, [S. l.], p. -, 18 fev. 2016. Disponível em: <https://entretenimento.r7.com/pop/fotos/de-claudia-leitte-a-luan-santana-projetos-da-lei-rouanet-causam-espanto-06102019>. Acesso em: 10 maio 2021.

OS 15 maiores captadores de recursos da Lei Rouanet em 2015: Os maiores captadores de recursos da lei dos últimos 10 anos estão na mira da Operação Lava Jato. E não são atores, cantores ou artistas em geral. EXAME, [S. l.], p. -, 7 jun. 2016. Disponível em: <https://exame.com/brasil/os-15-maiores-captadores-de-recursos-da-lei-rouanet-em-2015/>. Acesso em: 10 maio 2021.

HEMSI, André Roll. Lei Rouanet e Funk Ostentação. Orientador: Paulo Menotti Del Picchia. 2016. Dissertação (Pós-Graduação) - Faculdade Santa Marcelina, São Paulo, 2016. Disponível em: https://www.academia.edu/28008621/Lei_Rouanet_e_Funk_Ostenta%C3%A7%C3%A3o. Acesso em: 10 maio 2021.

NETTO; BRAZ;, José Paulo; Marcelo;. Economia capitalista: uma introdução crítica. 8. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2006. 272 p. v. 1.

MARX; ENGELS;, Karl; Friedrich;. Manifesto do Partido Comunista. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008. 69 p. Disponível em: <https://www.expressaopopular.com.br/loja/wp-content/uploads/2020/02/manifesto-comunista-EP.pdf>. Acesso em: 10 maio 2021.

DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe. São Paulo: Boitempo, 2016.

BOTTOMORE, Tom. Dicionário do Pensamento Marxista. [S. l.]: ZAHAR, 1988. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2543654/mod_resource/content/2/Bottomore_dicion%C3%A1rio_pensamento_marxista.pdf. Acesso em: 10 maio 2021.

DESEMPREGO aumenta em 12 estados no primeiro trimestre. Agência IBGE Notícias, [S. l.], p. -, 15 maio 2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/27708-desemprego-aumenta-em-12-estados-no-primeiro-trimestre>. Acesso em: 1 abr. 2021.

NO BRASIL, 63% das casas chefiadas por mulheres negras estão abaixo da linha da pobreza. Gênero e Número, [S. l.], p. -, 12 dez. 2019. Disponível em: <http://www.generonumero.media/casas-mulheres-negras-pobreza/>. Acesso em: 5 abr. 2021.

NA PANDEMIA, mulheres ficam mais vulneráveis e são maioria entre desempregados. Gênero e Número, [S. l.], p. -, 8 mar. 2021. Disponível em: <http://www.generonumero.media/mulheres-trabalho/>. Acesso em: 2 maio 2021.

GONZALES, Lélia. RACISMO E SEXISMO NA CULTURA BRASILEIRA. Revista Ciências Sociais Hoje, [s. l.], 1984. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584956/mod_resource/content/1/06%20-%20GONZALES%2C%20L%C3%A9lia%20-%20Racismo_e_Sexismo_na_Cultura_Brasileira%20%281%29.pdf. Acesso em: 5 abr. 2021.

A SENZALA moderna continua sendo o quartinho da empregada. Mídia Ninja, [S. l.], p. -, 27 abr. 2019. Disponível em: <https://midianinja.org/pretarara/a-senzala-moderna-continua-sendo-o-quartinho-da-empregada/>. Acesso em: 11 maio 2021.

TD 2528 - Os Desafios do Passado no Trabalho Doméstico do Século XXI: reflexões para o caso brasileiro a partir dos dados da PNAD Contínua. IPEA-Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, [S. l.], p. -, 23 dez. 2019. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=35231&Itemid=444. Acesso em: 11 maio 2021.

QUEM são as empregadas domésticas no Brasil?. Reconta aí, [S. l.], p. -, 26 dez. 2019. Disponível em: <https://recontaai.com.br/quem-sao-as-empregadas-domesticas-no-brasil/>. Acesso em: 11 maio 2021.

E não sou uma mulher? – Sojourner Truth. Portal Geledés, [S. l.], p. -, 8 jan. 2014. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/>. Acesso em: 5 abr. 2021.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: A situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. Instituto da Mulher Negra, São Paulo, 2003. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5509702/mod_resource/content/0/14-Artigo-

Enegrecer-o-feminismo-a-situa%C3%A7%C3%A3o-da-mulher-negra-na-Am%C3%A9rica-Latina-a-partir-de-uma-perspectiva-de-g%C3%AAnero.pdf. Acesso em: 1 abr. 2021.

ALMEIDA, Silvio. O que é racismo estrutural?. Belo Horizonte-MG: Letramento, 2018.

COSTA, Natália Cristine. As funkeiras, o funk e um discurso que só elas podem fazer. XVI Encontro Estadual de História da ANPUH, Santa Catarina, 2016.

SOU feia mas tô na moda. Direção: Denise Garcia. [S. l.: s. n.], 2005. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7TEGmeETANE>. Acesso em: 5 abr. 2021.

FUNK Rio. [S. l.: s. n.], 1994. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=349OLoSMBAc>. Acesso em: 1 mar. 2021.

LENIN, -. Uma grande iniciativa. Marxists.org, [s. l.], 1919. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1919/06/28.htm>. Acesso em: 1 mar. 2021.

IAMAMOTO; CARVALHO;, Marilda Villela; Raul de;. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 38. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2013.

JESUS, Carolina Maria de. Quarto de Despejo, diário de uma favelada. 10. ed. São Paulo: Editora Ática, 2014.

GUERRA, Yolanda. A dimensão investigativa no exercício profissional. Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais, [s. l.], 2009. Disponível em: <http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/C8pQHQOyl68c9Bc41x5Y.pdf>. Acesso em: 1 mar. 2021.

CÓDIGO de Ética do/a Assistente Social. [S. l.: s. n.], 2012. Disponível em: http://www.cresspr.org.br/site/wp-content/uploads/2010/08/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em: 1 mar. 2021.

MARX; ENGELS;, Karl; Friedrich;. Cultura, arte e literatura: textos escolhidos. [S. l.]: Expressão Popular, 2010. Disponível em: <https://filosoficabiblioteca.files.wordpress.com/2013/11/lukc3a1cs-introduc3a7c3a3o-aos-escritos-estc3a9ticos-de-marx-e-engels.pdf>. Acesso em: 11 maio 2021.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA CASA CIVIL SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS. Lei nº 8662, de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. [S. l.], 7 jun. 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8662.htm. Acesso em: 10 maio 2021.

ASSISTENTES Sociais no Combate ao Racismo. [S. l.], 2017. Disponível em: <http://servicosocialcontraracismo.com.br/>. Acesso em: 25 abr. 2021.

28,9 milhões de famílias no Brasil são chefiadas por mulheres. Observatório do terceiro setor, [S. l.], p. -, 20 mar. 2019. Disponível em:

<https://observatorio3setor.org.br/carrossel/289-milhoes-de-familias-no-brasil-sao-chefiadas-por-mulheres/>. Acesso em: 6 abr. 2021.

SÉRIE assistente social no combate ao preconceito. CFESS - Conselho Federal de Serviço Social, Brasília - DF, p. -, 2016. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-Caderno03-Racismo-Site.pdf>. Acesso em: 10 maio 2021.

SUBSÍDIOS para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em Serviço Social: Quem é da luta resiste. Executiva Nacional da ABEPSS, [s. l.], 2018. Disponível em: http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/subsidio_debate_uestao_etnico_servico_social-201812041419427146430.pdf. Acesso em: 10 maio 2021.

LINN da Quebrada, Jup do Bairro e MC Carol | TransMissão. Canal Brasil: YouTube, 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kJE3JL2xwWI&t=1s>. Acesso em: 1 dez. 2020.

SECRETARIA Especial da Cultura: Lei de Incentivo à Cultura. [S. l.], -. Disponível em: <http://leideincentivoacultura.cultura.gov.br/>. Acesso em: 10 maio 2021.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA CASA CIVIL SUBCHEFIA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS. Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991. Restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências. [S. l.], 23 dez. 1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8313cons.htm. Acesso em: 10 maio 2021.